UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A CPLP E A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO:
em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados membros
Um exemplo: Angola

Jovelina Alfredo António Imperial

Orientação: **Professor Adelino Torres**

JURI: **Professor Adelino Torres (ISEG)**

VOGAIS:
Professor Eduardo Costa Dias Martins (ISCTE) – Arguente
Professor Manuel Ennes Ferreira (ISEG)

Lisboa, Julho de 2006

INDICE

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS----------I

RESUMO---------- III

ABSTRACT---------- IV

AGRADECIMENTOS ----------V

INTRODUÇÃO ---------- 1

CAPITULO I – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E TEÓRICO

1. A Génese e Fins Gerais das Organizações Internacionais ----------3

2. A CPLP Fora dos Temas da Agenda Global ---------- 5

3. A CPLP e a sua Integração no processo de Globalização ---------- 6

4. Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento -------7

4.1. Cooperação e Formas de Cooperação---------- 11

4.2. Agentes de Cooperação ----------14

5. Conclusão ----------16

CAPÍTULO II -CPLP- COMUNIDADE DE PAISES DE LÍNGUA PORTUGUESA

1. Génese e Enquadramento Internacional da CPLP ----------16

2. Estrutura Funcional ----------19

3. Mecanismos----------21

4. Conclusão----------22

CAPÍTULO III- AVALIAÇÃO CRÍTICA DA CPLP

1. O Projecto ----------23

2. Viabilidade Politica----------25

3. Integração Aberta e Cidadania ----------26

3.1. Integração Aberta ----------26

3.2. Cidadania ----------32

4. Conclusão----------36

CAPITULO IV – O SISTEMA DE COOPERAÇÃO E SUA EVOLUÇÃO

1. Cooperação Intra- Comunitária ----------38

1.1. Análise Funcional ----------38

1.1.1. Actividades de Cooperação----------41

1.2. Acordo Geral de Cooperação----------46

1.3. Regimento do Fundo Especial ----------47

1.4. Os Pontos Focais de Cooperação----------49

1.4.1. Metodologia de Trabalho entre os Pontos Focais de Cooperação e o Secretariado Executivo----------50

1.5. Plano Indicativo de Utilização do Fundo Especial----------50

1.6. Reuniões Ministeriais Sectoriais----------52

2. Cooperação com os Organismos Internacionais----------53

3. Cooperação com a Sociedade Civil----------56

4. Conclusão----------57

CAPITULO V – ESTUDO DE CASO: ANGOLA

1. Breve caracterização e Contextualização----------59

1.1. Situação Geográfica----------62

1.2. Situação Política----------62

1.3. Situação Económica e Social----------63

2. A Politica Externa de Angola----------74

2.1. Angola e as Instituições financeiras Internacionais

2.1.1. Relações ANGOLA e o FMI ----------75

2.1.2. Posicionamento do Governo----------76

2.1.3. Posicionamento do FMI----------78

2.1.4. Posicionamento das Nações Unidas----------79

3. Estratégia de Cooperação----------81

3.1. Cooperação Recebida----------83

3.2. União Europeia----------83

3.3. Cooperação Regional ----------86

a) PIR / PALOP ----------86

b) SADC ----------87

c) CPLP ----------89

4. Conclusão----------90

CONCLUSÕES FINAIS----------91

BIBLIOGRAFIA----------95

ANEXO----------98

Glossário de Termos e Abreviaturas

ACP - Africa, Caraíbas e Pacifico
ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados
ACCT - Agence de Cooperation Culturelle et Technique
ADSJ - Apoio ao Desenvolvimento dos sistemas Judiciários
APME -Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ARF - Asean Regional Fórum
ASEAN - Associação das Nações do Sudoeste Asiático
AULP- Associação das Universidades de Língua Portuguesa
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BIS - Bank for International Settlements
BIT - Bureau International du Travail
BM - Banco Mundial
BNA - Banco Nacional de Angola
CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CAP - Caixa Agro-pecuária e Pescas
CCP - Comité de Concertação Permanente
CE - Comunidade Europeia
CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CFA - Franco Francês
CFTC - Commonwealth Found For Technical Cooperation
CEPAL - Comissão Económica das Nações Unidas para América Latina e Caribe
CEEAC - Comunidade Económica dos Estados da África Central
COOPAX - Conseil de Paix et Sécurité de L' Afrique Central
COMESA - Mercado Comum Leste e Sudoeste Africano
COMMONWEALTH – Comunidade Britânica
CNUCED - Conferência das Nações Unidas Para o Comércio e o Desenvolvimento
CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CTI - Cooperação Técnica Internacional
DTS - Doenças Sexualmente Transmitidas
ECHO - European Community Humanitarian Office
FAO – Fundo das Nações Unidas para a Agricultura
FFE - Fundação Friedrich Ebert
FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNUAP - Fundo das Nações Unidas para a População
GATT - General Agreement on Trade and Development
GURN - Governo de Unidade e Reconstrução Nacional
HIV / SIDA -Vírus Imuno Deficiência Adquirida
IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical
IFI - Instituições Financeiras Internacionais
IILP - Instituto Internacional de Língua Portuguesa
INA - Instituto Nacional de Administração
INEJ - Instituto Nacional de Estudos Judiciários
IPAD - Instituto português de Apoio ao Desenvolvimento

MERCOSUL - Mercado Comum do Cone Sul
MJ - Ministério da Justiça
MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO - Organização do Tratado de Atlântico Norte
NESA - Núcleo Europeu de Segurança Alimentar
NU - Nações Unidas
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OGE - Orçamento Geral do Estado
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OIM - Organização Internacional das Migrações
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OMS- Organização Mundial da saúde
ONG - Organização Não Governamental
ONGD- Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
OSCS - Plataforma das Organizações Sociedade Civil
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAE - Programa de Ajustamento Estrutural
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAM - Programa Alimentar Mundial
PERP - Programa Estratégico de Redução de Pobreza
PIB - Produto Interno Bruto
PIN - Programa Indicativo Nacional
PIR - Programa Indicativo Regional
PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PROCTI-MAE - Projectos de Cooperação Técnica Internacional
PSRP - Poverty Strategy Reduction Programme
PVD- Países em vias de Desenvolvimento
RR- Rádio Renascença
RPFC- Reunião de Pontos Focais de Cooperação
SADC - Southern African Development Community
SATUCC - Central Regional Sindicatos
UA – União Africana
UCCLA- União das Cidades Capitais Luso – Afro- América - Asiático
UE - União Europeia
UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental
UNAIDS – Programa Comum das Nações Unidas sobre o HIV/ Sida
UNCTAD - Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

Resumo

È de considerar principalmente que o contexto internacional requer uma interacção mais profunda entre as Nações, quer no campo da cooperação económica, quer na pesquisa técnico-científica, bem como nas ciências humanas e sociais. O marcante traço de união da Comunidade, a utilização de um idioma comum, deve ser encarado como um factor chave para o incentivo à comunicação e às trocas, permitindo a superação de diferenças existentes.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa-CPLP é uma Organização que congrega 8 Estados membros que falam a língua portuguesa. É o Foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação politico-diplomática e da cooperação entre os seus Estados membros. A cooperação, como um dos pilares da CPLP, é dotada de uma dimensão multisectorial, ela comporta um vasto campo de opções, o que confere aos Estados membros a necessária flexibilidade quanto ao delineamento das suas prioridades. Potencialmente voltada para os domínios económicos, social, cultural, jurídica e técnico-científico, ela oferece um vasto leque de possibilidades no âmbito da concepção, implementação e avaliação de projectos numa perspectiva de multilateralidade e complementaridade a partir de iniciativas concertadas.

O estudo tem como objectivo, analisar a evolução das formas de cooperação utilizadas na Organização - o seu grau de eficiência, e rentabilidade, bem como apreciar a eficácia da Cooperação Multilateral recebida pela CPLP. Também será objectivo do estudo verificar se esta Cooperação, atende as necessidades dos Estados membros, particularmente Angola, qual o seu impacto e quais as expectativas deste Estado membro face o sistema de cooperação utilizado na Organização.

Com base no inquérito efectuado juntos dos órgãos Ministeriais Sectoriais, Ponto Focal de Cooperação e Sociedade civil, esta investigação pretende retratar, através dos vários acordos de cooperação celebrados, o tipo e volume de cooperação recebida pela CPLP.

Nesta perspectiva, pretende-se demonstrar o seu contributo real para o desenvolvimento e crescimento de Angola como estado membro.

Palavras Chave: Cooperação, Desenvolvimento, Cooperação Internacional, CPLP, Angola, Estados membros

Abstract

It is to be considered that mainly the international context requires a deeper interaction between the Nations, whether it be in the field of the economic cooperation or in the technician-scientific research, as well as in human social sciences. The main trace of union of the Community, the use of a common language, must be faced as a factor key as an incentive for communication and the exchange, allowing to overcome the existing differences.

The Community of Portuguese Speaking - CPLP is an Organization that congregates 8 member States that speak the Portuguese language. It is a privileged multilateral Forum for the deepening of mutual friendship, political-diplomacy and cooperation within its Member States. The cooperation, as one of the pillars of the CPLP, is endowed with a multisectorial dimension; it holds a vast field of options, conferring its member States necessary flexibility in the delineation of its priorities. Potentially looking towards economic, social, cultural, legal and technician-scientific domains, it offers vast possibilities in the scope of conception, implementation and evaluation of projects in multilaterally perspective and other complementary initiatives.

This study has as objective, to analyze the evolution of the forms of cooperation used in the Organization - its degree of efficiency, and yield, as well as appreciating the effectiveness of the Multilateral Cooperation received by the CPLP. It will also have as its objective to study and verify if this Cooperation takes care of the necessities of the members States, particularly Angola, which impact and expectations this system of cooperation used by the Organization has in this Member State.

On the basis of inquiries effectuated with the Sectorial Ministerial Agencies, Focal Point of Cooperation and Civil Society, this inquiry intends to portray, through the various celebrated agreements of cooperation, the type and volume of cooperation received for the CPLP. In this perspective, the intention is to demonstrate its real contribute for the development and growth of Angola as a Member State.

Words Key: Cooperation, Development, International Cooperation, CPLP, Angola, Member States.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Adelino Torres, pela orientação académica, por todo o seu acompanhamento, disponibilidade e apoio, pelo sentido profundamente crítico, com que orientou o trabalho, facto que me motivou e encorajou nos momentos mais difíceis de dedicação.

Agradeço ao Dr.Victor Hugo Guilherme, Director Executivo do Fundo de Apoio Social – FAS – Angola, ao Dr. Leonel Silva, Director Nacional do Tesouro, do Ministério das Finanças de Angola, pelo apoio bibliográfico.

Aos meus colegas de curso e a todos quantos contribuíram com as suas ideias e opiniões em especial o Dr. Edson Barreto.

Finalmente agradeço à minha mãe pelo incentivo, e aos meus filhos pela compreensão e paciência.

Introdução

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (doravante CPLP) completa, em Julho de 2006, 10 anos de existência. A sua actividade vem suscitando debates e questionamento importantes, principalmente quanto às suas principais propostas e finalidades. Porém, algumas sequelas vacilante e conflituoso ainda permanecem. Não têm sido poucas as notícias e opiniões veiculadas na imprensa, durante estes anos, destacando as falhas e fraquezas na sua formação, bem como as dificuldades enfrentadas pelas suas instituições.

A discussão da Comunidade é pertinente, uma vez que completa 10 anos de existência e encontra-se no terceiro mandato do seu Secretariado Executivo. Considerar-se-á principalmente que o contexto internacional requer uma interacção mais profunda entre as nações, quer no campo da cooperação económica, quer na pesquisa técnico-científica, bem como nas ciências humanas e sociais. O marcante traço de união da Comunidade, que é a utilização de um idioma comum, deve ser encarado como um factor-chave para o incentivo à comunicação e às trocas, permitindo a superação de diferenças existentes.

A cooperação técnica internacional (CTI) deve ser entendida como uma opção estratégica de parceria entre países, inspirada pelo espírito de solidariedade internacional, e com um impacto positivo nas populações e na melhoria dos seus níveis de vida. Lembro que a cooperação internacional que orientou as relações Norte - Sul, na última metade do século XX, esgotou, em grande parte, os seus modelos (por rigidez ideológica e mesmo operacional) e não se adaptou às novas realidades nacionais e mundiais pós queda do muro de Berlim. Como sabemos, as grandes iniciativas de cooperação técnica internacional (CTI) desenvolveram-se a partir do fim da II Guerra Mundial, sendo consensual, entre os países, que era necessário trabalhar a favor da paz e da estabilidade internacional, e com base na cooperação e solidariedade entre as nações.

È com base nesses princípios, que têm vindo a desenvolver, diversas formas de cooperação. Neste contexto será elaborada uma reflexão sobre as acções de cooperação levadas a cabo, bem como a sua a evolução, e eficácia no que diz respeito a satisfação das necessidades das populações e ao seu impacto no processo de desenvolvimento de Angola como Estado membro da Comunidade.

Esta dissertação divide-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo esboçará um rápido enquadramento histórico e teórico para contextualizar a CPLP, como organização internacional, bem como a sua integração no processo de globalização.

No segundo capítulo, será apresentada uma cronologia do processo de criação da CPLP, destacando os marcos e acontecimentos que permitiram a formação de seus alicerces. Pode verifica-se que, apesar das importantes decisões que vieram a ser tomadas, a partir da fundação do Instituto internacional da Língua Portuguesa (IILP) ocorrida em 1989, algumas ideias embrionárias de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa já haviam sido registadas em períodos anteriores, facto que corrobora o interesse existente pelo tema nos principais segmentos sociais dos seus Estados membros e a importância da sua criação e desenvolvimento.

\Em sequência a CPLP será descrita nos seus princípios básicos. Sublinhe-se a preponderância do elemento linguístico cultural, no aparecimento e formulação das bases de funcionamento da comunidade, com carácter diferente de outras comunidades de países, formadas em torno de sua proximidade geográfica, ou daquelas que tenham como fundamentação, interesses e necessidades económicas semelhantes ou complementares. Será ainda realizada uma breve análise de seus primeiros passos, buscando, dentro de suas principais acções, factos que permitam determinar a sua extensão e efeito mobilizador. No terceiro capítulo, far-se-á uma avaliação critica, onde será questionado o futuro da comunidade, como um espaço de cidadania, numa comunidade culturalmente diversa, onde a comunicação e o conhecimento mútuo são facilitados pela língua comum, com uma identidade baseada nos princípios da cidadania e da democracia.

O quarto capítulo, descreve a evolução do sistema de cooperação, partindo de uma resenha sobre a funcionalidade, estrutura, actividades realizadas no âmbito da cooperação, órgãos, competências, metodologias e mecanismos institucionais, bem como o papel desempenhado pelos diferentes órgãos que compõem a organização.

No último capítulo, tendo como exemplo o Estado membro Angola, far-se-á, com base nos elementos descritos nos capítulos anteriores, uma análise da cooperação dentro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e do seu significado.

CAPITULO I – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E TEÓRICO

1. A Génese e fins gerais das Organizações Internacionais

Para uma melhor compreensão da importância das organizações internacionais nesta sociedade global em que vivemos, importa referir as funções dessas organizações. Não só Max Gounelle[1], mas também Olive Archer[2] citam um conjunto de funções que demonstram bem o seu interesse para os Estados integrantes.

Primeiramente, contribuem para uma institucionalização da cooperação entre os Estados e favorecem desse modo a consolidação da estrutura inter - estatal existente. Ao mesmo tempo, participam no emergir de novas solidariedades internacionais que implicam a ultrapassagem do papel tradicional do Estado.

Têm, igualmente, uma função de legitimação colectiva no seio do sistema político internacional; exercem um controlo internacional, de amplitude variável, sobre determinadas actividades dos seus Estados-membros, e procuram, ainda, assegurar a gestão de actividades e a procura de soluções para questões que se põem a uma escala mundial ou regional.

Têm um papel informativo e difusor, na medida em que constituem um fórum de diálogo e debate, produzindo estudos e análises, contribuindo, desse modo, para a tomada de consciência, a identificação e a formulação de problemas colectivos aos diversos níveis de intervenção, facilitando a negociação e soluções concertadas.

Finalmente, têm uma função de unificação do sistema internacional, na medida em que participam na definição e unificação institucional de alguns valores fundamentais, tais como os direitos humanos, o direito ao desenvolvimento, entre outros.[3]

Parece necessário encetar a discussão acerca da funcionalidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) situando-a no mundo que a envolve. O objectivo central deste capítulo é o de avaliar a dimensão própria à CPLP, nas circunstâncias de mudança na vida internacional em curso. Uma questão fundamental orienta o texto: qual o papel da CPLP na construção de uma agenda comum aos países em desenvolvimento? Vale a pena passar em revista alguns aspectos que alimentam as

---

[1] Gounelle, Max, *Relations Internationales*, Editions Dalloz, Paris, 1996.
[2] Archer, Clive, *International Organizations*, Routledge, London and New York, 1992.
[3] BOAL, Maria: 1998. "A participação portuguesa em programas comunitários e de cooperação internacional".

discussões em torno das relações internacionais contemporâneas, que de algum modo determinam o lugar da CPLP no diálogo sul-sul.[4]

2. A CPLP fora dos temas da agenda global

Em primeiro lugar, está em curso uma modificação substantiva, no mundo pós 11 de Setembro, em especial no que se refere ao deslocamento do eixo diplomático. A potência hegemónica, passou a reforçar a necessidade do controlo das chamadas "sublevações" que se opõem aos seus interesses no plano global. O impacto das novas condições internacionais sobre a CPLP assemelha-se ao que aconteceu com quase todas as instituições internacionais que não puderam ser convocadas para contribuir para o esforço de guerra anti terrorismo. Os acontecimentos depois do 11 de Setembro de 2001, tornaram a CPLP um assunto menor nas mesas de negociações internacionais, mesmo no âmbito do diálogo sul-sul. Estas circunstâncias impuseram uma dramática limitação à actuação internacional de uma instituição ainda incipiente como a CPLP.

Uma boa forma de buscar a compreensão da funcionalidade da CPLP para cada um dos seus membros e o seu lugar no sistema internacional parece ser a de passar em revista as suas dificuldades. Superá-las implica a construção da própria identidade da CPLP como instituição dotada de personalidade jurídica internacional e de valor intrínseco para as sociedades e Estados que a geraram[5].

3. A CPLP e a sua integração no processo de globalização

Há uma abertura estrutural que necessita ser preenchida por politicas realistas e bem concertadas no âmbito da CPLP. Para tal, seria necessário que a diplomacia parlamentar, coração do mecanismo de construção de consensos na CPLP, funcionasse com eficácia. Da mesma forma, seria desejável que a gestão executiva da instituição fosse mais profissional.

A abertura estrutural criada pelos foros da tecnocracia das próprias instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e o Bank for International Settlements – BIS, pode ser melhor explorada por instituições dotadas de personalidade jurídica internacional como a CPLP. Essa tecnocracia vem se interessando, pela crise interna do

[4] Saraiva, José: 2002. Citado em " CPLP: *Oportunidades e Perspectivas"*.
[5] Saraiva, José: 2002. Citado em " CPLP: *Oportunidades e Perspectivas"*

modelo de liberalização posta em marcha na última década. Pobreza, desigualdade e equidade são temas que voltam a ter um espaço, ainda que incipiente, na agenda internacional do momento[6].

A abertura criada na revisão crítica acerca dos efeitos perversos de uma ordem internacional sustentada na unilateralidade dos ganhos dos sectores financeiros pode ser oportuna para a CPLP. Ela tem a possibilidade de actuar junto a essas instituições internacionais de forma a explorar possibilidades inéditas para a construção de uma agenda mais positiva.

Mas a construção desta agenda supõe a capacidade de agir em conjunto, como instituição, no plano global. E esse caminho significa a valorização da percepção de que algo pode ser feito a favor do desenvolvimento dos países periféricos. A CPLP tem muito a contribuir se deseja crescer em prestígio e responsabilidade politica na construção de uma nova agenda internacional.

O enquadramento da CPLP num contexto de globalização tem tanto mais razão de ser quanto a Declaração aprovada na III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, se intitula precisamente "*Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização*[7]*"*.(Torres e Ferreira: 2001)

Nesse sentido, aproveitar as oportunidades da globalização é uma obrigação dos governos dos Estados membros da CPLP, na busca de saídas para a sobrevivência social e económica das suas populações. A nova visão supõe a vontade de fazer politica internacional de forma activa e não apenas reactiva. A ideia motriz deve ser a de mais equidade, como foco na melhoria das condições internas das sociedades e no melhor posicionamento destes Estados no sistema internacional. Daí a importância da ampliação da capacidade negociadora da CPLP, nos diferentes foros internacionais, inclusive para fazê-la tomar partido dos esforços de ampliação da cooperação internacional e da afirmação do multilateralismo.

Essa acção politica supõe agir diplomaticamente para buscar soluções para problemas que impedem o diálogo Sul-Sul. As lições de Doha devem ser tomadas em consideração. Há a necessidade de fazer ver ao mundo aquilo que nem sempre é percebido pelo processo negociado da agenda preferencial da globalização.

Por outras palavras, é necessário um certo esforço de administração da globalização. A CPLP tem algo a dizer sobre isso no plano prático das acções.

---

[6] Saraiva José: 2002. Citado em CPLP: Oportunidades e Perspectivas

[7] Torres e Ferreira citado em Moreira: 2001

Participar do esforço de minimização da crescente desigualdade e da exclusão é um desafio para os Estados membros da CPLP. A tarefa não é fácil, mas sem a realizar não haverá uma nova forma de diálogo Sul- Sul em torno da qual a CPLP possa usufruir dos seus resultados.[8]

4. Sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento

A cooperação internacional deve ser concebida para complementar e apoiar políticas económicas internas "saudáveis", tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, para que possa haver um avanço mundial no sentido do desenvolvimento sustentável.

Criado em Setembro de 1961, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), tem como objectivo coordenar os esforços e os recursos internacionais a favor dos países receptores da ajuda, de modo a que estes possam atingir um desenvolvimento económico e social durável, participem na economia mundial, sejam responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento e reforcem a capacidade das respectivas populações na diminuição do seu nível de pobreza. Saliente-se que nem todos os membros da OCDE são membros do CAD. (IPAD:2003).

O CAD assume-se, pois, como um importante fórum internacional, em que os principais doadores bilaterais participam regularmente e podem contar com a experiência de algumas instituições multilaterais observadoras, como o Banco Mundial, o FMI e o PNUD.

O CAD vem defendendo a imperiosa necessidade de se melhorar a qualidade da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) prestada, de modo a que esta consiga dar resposta satisfatória às necessidades mais prementes do desenvolvimento económico e social dos países em vias de desenvolvimento (PVD). (Monteiro:1997)

Criada em 1961 (OCDE:2002)[9], em substituição da Organização para a Cooperação Económica Europeia, que havia sido instituída com vista a gerir o auxílio mundial aos países europeus afectados pela II Guerra Mundial, designadamente a ajuda concedida através do "Plano Marshall", a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico – OCDE, designação que adoptou após a adesão do Japão, dos EUA e do Canadá, representa actualmente um dos mais importantes centros

[8] SARAIVA, José: Citado em "*CPLP: Oportunidades e Perspectivas*.
[9] OCDE: Les Dossiers Du CAD. Coopération pour le Development. Rapport 2001. Vol.3, Nº 1, 2002

de estudo, formulação e planeamento da política económica mundial, procurando soluções que abranjam todos os estratos económicos e sociais, com base nos princípios de democracia e na implementação do respeito pelos Direitos Humanos[10].

A UNCTAD[11], um organismo intergovernamental da ONU para o tratamento integrado do comércio e desenvolvimento, serve como um fórum multilateral para apoiar os países em desenvolvimento na formulação de políticas nos âmbitos nacionais e internacionais que levem ao desenvolvimento. Desde a sua criação no início da década de sessenta, o trabalho da UNCTAD tem-se concentrado no comércio internacional de bens, questões monetárias e financeiras, auxílio ao desenvolvimento, endividamento externo, entre outras questões de políticas de desenvolvimento. Também serve de fórum para negociações, criação de regras e estabelecimento de normas nas áreas de comércio, cooperação sul-sul e reforma dos sistemas financeiros e monetários. Em 1994, concluíram com a criação de uma série de novas leis comerciais e a uma instituição: a Organização Mundial do Comércio. (OMC)

Importa agora, fazer uma breve reflexão comparativa entre a CPLP e outras Organizações internacionais congéneres:

A CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político - diplomática e de cooperação entre os seus membros. Exprime um acto de vontade politica de oito países independentes, enquanto a construção da Francofonia e da Commonwealth se deu ainda num quadro colonial. Estas comunidades, de concepção diferente, foram estruturadas ao longo de um processo de descolonização, reflectindo, portanto, modelos e processos específicos deste período.

Registe-se o facto de que a Guiné Bissau (1986), Cabo Verde (1996) e São Tomé e Príncipe (1995), países membros da CPLP, estão igualmente ligados à Francofonia e Moçambique (1995) à Commonwealth.

A CPLP encontrou mecanismos próprios avançando na concertação político-diplomática, com a criação do fórum dos ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores, para facilitar a concertação.

A CPLP surge como um mecanismo de cooperação envolvendo os países que falam português do sul, nas suas variantes, e Portugal que, pela sua posição geográfica e opção situa-se, concomitantemente, no norte, por sua adesão à União Europeia, à

[10] Site do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal – www.min-nestrangeiros.pt
[11] UNCTAD: Génese e essência: www.unctad.org

Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN / NATO), e no espaço Atlântico sul, através dos acordos bilaterais e da CPLP. O Brasil, localizado num espaço americano, é também uma extensão do espaço africano europeu; Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe localizam-se no espaço africano e constituem, igualmente, uma extensão do espaço europeu. Timor, no Pacífico, poderá aproximar -se de sub- regiões, com a Indonésia e a Austrália, à Associação das nações do Sudoeste asiático (ASEAN), à Asean Regional Fórum(ARF), a par da adesão à CPLP.

No momento, todos estes países pertencem a espaços próprios: o Brasil, um *global trader*, tendo em vista a diversidade de parceiros económicos, pela sua inserção regional no Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul); Angola e Moçambique, pela sua inserção na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); Angola, inserida, também na Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC), nomeadamente no Conseil de Paix et Sécurité de L`Afrique Central (COOPAX, 2000), joga ou poderá vir a jogar um papel regional importante, não só em termos de interregionalismo. Na África Central, Cabo Verde e Guiné Bissau, pela sua inserção na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), São Tomé e Príncipe, pela sua inserção na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e, finalmente, Timor, no espaço do Pacífico.

A CPLP poderá constitui-se num espaço de interrelacionamento de vários espaços regionais, podendo proporcionar novos nichos de oportunidades complementares às tradicionais relações norte - sul , a par de acções previsíveis em vários campos, mormente na perspectiva da economia e da cooperação, e no espaço linguístico-cultural de primeira importância se for aproveitado, envolvendo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

4.1. Cooperação e Formas de Cooperação

A Cooperação para o desenvolvimento é um “sub-produto” da nova ordem económica internacional, que inclui a transferência de recursos de um país para outro a fim de promover o desenvolvimento do país receptor. De acordo com a dimensão e complexidade crescente que a cooperação tem vindo a assumir, assim evoluiu a sua estruturação. (OCDE: 1992).

Os programas são o instrumento usado actualmente pela cooperação que corresponde à situações em que os recursos são afectados ao funcionamento de um sector dentro de um acordo-quadro flexível (estabelecido entre doadores e receptores), permitindo maior margem ao país receptor para influenciar a sua definição e aplicação. Os mais poderosos programas são multilaterais, como é o caso dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE), implementados pelo Banco Mundial e FMI. (OCDE:2001)

Os projectos de cooperação foram o instrumento usado até aos anos 80 pela cooperação técnica, institucional e financeira, em que o doador tem um grande controlo sobre a definição das acções de diversa natureza: social, institucional e empresarial.

Os projectos sociais, são destinados a modificar e a melhorar a condição da realidade social, no âmbito da emergência humanitária, combatendo a situações extremas de pobreza e contribuindo para a reabilitação de condição social a um nível mínimo de dignidade e coesão. A sua dimensão e alcance podem ter grande variabilidade, dependendo nomeadamente, dos montantes disponibilizados nas fontes de financiamento.

Os projectos institucionais, destinam-se a apoiar as estratégias e políticas públicas, no âmbito da construção de infra-estruturas, criação de condições de estabilidade ao desenvolvimento sustentado, reforço do quadro institucional do Estado e do sistema de governação, constituição de capital humano, transferência tecnológica e implementação das políticas macroeconómicas. Em geral, estes projectos são de grande dimensão e implementados por organizações internacionais como o Banco Mundial e o FMI ou por Governos com interesses importantes nesses países.

Os projectos empresariais, são destinados a obter e optimizar o lucro. Estes projectos, dentro do mesmo país ou fora dele, são em princípio, pelo menos teoricamente, portadores de inovação e desenvolvimento tecnológico.

Os projectos de grande dimensão e abrangência do FMI, voltados para a estabilização económica de curto prazo, são imprescindíveis mas têm tido em geral custos sociais muito elevados. (Stiglitz:2002). A partir do “Washington consensus” a coordenação entre os projectos do FMI e do Banco Mundial tem dado origem aos denominados Programas de Ajustamento Estrutural, de mais longo prazo. Os resultados continuam a não ser brilhantes e as críticas voltam-se para vários aspectos relacionados com a necessidade do estudo rigoroso das reais necessidades desses países, das

realidades antropológicas e sociológicas das populações desses países e dos constrangimentos internacionais e regionais impostos. (Stiglitz: 2002)

A coordenação de projectos só teoricamente é da responsabilidade dos governos receptores onde são executados. A maioria das vezes, os países receptores não têm condições objectivas de impor a sua estratégia de desenvolvimento ou mesmo de influenciar a execução das acções desenvolvidas.

A nível multilateral, as organizações internacionais nomeadamente as agências das Nações Unidas, PNUD, UNCTAD, a OCDE, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, não são consensuais quanto à estratégia global, desempenho de cada parceiro e metodologia na abordagem do problema do desenvolvimento. A coordenação entre estas organizações tem vindo a ser reforçada mas é ainda insuficiente. O poder decisório ou de veto está sempre do lado dos grandes grupos de países, desenvolvidos ou de grande dimensão (económica e/ou populacional). (OCDE:1996)

Á nível bilateral existe uma grande competição para que os projectos sociais e institucionais e empresariais de cada país possam aceder às áreas dos interesses vitais, na óptica dos países promotores e/ou financiadores. Existe uma relação directa entre o país doador e o país receptor. Por haver um controlo directo sobre a APD, é esta a forma de ajuda preferida pelos países doadores que facilmente a subordinam assim aos seus próprios interesses. (Monteiro:1997)

Os projectos institucionais públicos, decorre de diversos níveis de intervenção institucional que são:

A cooperação regional, que promove a integração estratégica da cooperação, surge com o objectivo de dar coerência às abordagens distintas de cada país. A cooperação, nas suas diversas formas, tem vindo a estruturar-se em volta de instituições regionais, situações geográficas e afinidades culturais e linguísticas.

A cooperação inter- regional ao promover a ligação e coordenação entre as regiões e cada grupo, ganha importância nas relações que estabelece, pela dimensão que passa a representar.

A cooperação ministerial, que promove a descentralização da cooperação, é uma consequência das especificidades técnicas próprias dos projectos. A cooperação inter-ministerial é uma relação importantíssima de assessoria, muitas vezes esquecida por alguns.

A cooperação municipal, resulta da grande independência e autonomia financeira de que gozam as autarquias locais e as regiões dos países desenvolvidos. A

cooperação inter-municipal é uma das formas de cooperação que mais se tem desenvolvido.

4.2. Agentes de Cooperação

Consideram-se agentes de cooperação todos os intervenientes, organizações e instituições internacionais, intergovernamentais, governamentais e não governamentais e as pessoas nelas integradas ou não, actuando aos diversos níveis da cooperação internacional, seja do planeamento e da decisão, seja da execução das acções no terreno. As organizações internacionais mais importantes foram já referidas. Existem, no entanto, outros agentes de cooperação que têm tido uma relevância acrescida e que ainda não foram devidamente referidos. São as ONG, formadas por grupos de privados associados a um objectivo comum, em geral específico, tendo sido o seu papel principal a parceria e interface com outras organizações, nas áreas da ajuda humanitária e de emergência, do desenvolvimento económico e social, em especial na educação e saúde, direitos humanos, acção e protecção social, ambiente e defesa do consumidor. (Ribeiro:1997)

As ONG são implementadoras de acções de pequena dimensão, descentralizadas, próximas das populações e envolvendo a sua participação. Elas obtêm, por isso, elevada "qualidade" no resultado do trabalho que realizam. O seu número crescente e a sua diversidade são uma vantagem. Mas têm dificuldade em concentrar esforços, pois são muito concorrenciais e pouco colaborativas, não partilhando informação entre si, nem com as organizações internacionais, nomeadamente em "forums" de concertação[12]. (Plataforma das ONGs:2003). Os verdadeiros agentes de cooperação não são as organizações mas as pessoas que as integram, pois a sua actuação concreta determina a eficiência das estratégias e políticas delineadas pelas organizações. Em muitos casos, as faltas de motivação, identificação com as causas, compreensão da realidade, sensibilidade para os problemas, profissionalismo e principalmente conhecimentos técnicos, provocam o fracasso da cooperação[13].

[12] Realizou-se nos dias 26 e 27 de Abril de 2005, o 1º Encontro das plataformas das ONG dos Países de Língua Portuguesa, com o objectivo central de iniciar o processo de construção de um espaço de intercâmbio como meio de reforço das capacidades, partindo da promoção do conhecimento mútuo para depois decidir conjuntamente sobre o interesse e oportunidade de: analisar propostas de parcerias entre Plataformas de ONG e outros actores não estatais; analisar novas formas de sensibilização da Opinião Pública, a Norte e a sul; analisar novas parcerias de cooperação *Sul-Sul*; definir uma estratégia de comunicação, numa lógica de Rede; definir uma estratégia de actuação e *lobbying* junto das instâncias nacionais e internacionais, nomeadamente na Comissão Europeia.

[13] Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

De entre os agentes de cooperação, os que têm melhores condições de intervenção são os que permanecem em actividade durante períodos longos.

5. Conclusão

Deve-se reconhecer que a multiplicação do potencial de todos os recursos envolvidos, assim como a busca de sinergias e pontos de contacto entre países tão díspares como os que compõem a CPLP, representam um desafio complexo, tanto para os governos nacionais, como para outras organizações representativas que, de uma forma ou de outra, interferem directa ou indirectamente neste processo. A coordenação de acções conjuntas, no âmbito da CPLP poderá incentivar o surgimento de iniciativas e a criação de oportunidades voltadas para o reforço da sua inserção internacional.

Nesta mesma óptica, cria-se também a expectativa da obtenção de resultados, traduzidos na forma de benefícios sociais e económicos, os quais deverão ser gerados e absorvidos pelos cidadãos dos países membros. Para isso a CPLP deverá atingir os seus objectivos em benefício das populações que a constituem.

---

http: // www. plataformaongd.pt/site2/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2

CAPÍTULO II -CPLP- COMUNIDADE DE PAISES DE LÍNGUA PORTUGUESA

1. Génese e Enquadramento Institucional da CPLP

A ideia da constituição de uma comunidade dos países lusófonos é um sonho antigo, anterior à independência das ex- colónias portuguesas em África. Segundo Henrique Botequilla, " o espírito da lusofonia andou sempre no ar, presente em cada um que fala português"[14]. Mas as iniciativas para a sua institucionalização nunca eram concretizadas. Há mais de um século, tanto no Brasil como em Portugal, personalidades várias defendiam maior aproximação entre os povos. Os mais diversos motivos, justificavam as inúmeras tentativas nesta direcção, verificadas ao longo dos anos, apesar do sentimento da "lusofobia" surgido no Brasil após a independência, sentimento esse que viria a repetir-se, mais de século e meio depois, nas ex- colónias portuguesas em África.

Muito antes da revolução portuguesa em Abril de 1974 e da descolonização das suas colónias africanas, o sociólogo brasileiro Gilberto Freire, um dos grandes sonhadores da luso- tropicalidade, escreveu:

" (…) é preciso que nem os portugueses nem os brasileiros responsáveis pelos destinos das duas grandes nações luso-tropicais de hoje se deixem envolver por alguma retardaria ou arcaica mística arianística, antes se entreguem com uma audácia cada dia maior à aventura de se desenvolverem em povos de cor, para neles em gentes mestiças, e não apenas em brancas, sobreviverem os melhores valores portugueses**(...)**num mundo porventura mais livre de preconceitos de raça. Da lusofobia à lusofonia de casta e de classe que o actual[15]".(Freire: 1994)

Mais recentemente, debates promovidos em encontros politico-intelectuais no Brasil e em Portugal deixaram claro que tal união era do interesse de todos: Portugal ganharia em representatividade no seio da então Comunidade Europeia; Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe teriam reforçado sua posição no plano internacional. (Viggiano:1994).

---

[14] Semanário Brasileiro, Dezembro de 1993
[15] Freire. Citado em Viggiano: 1994.

O primeiro passo no processo de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foi dado em São Luis do Maranhão (Brasil), em Novembro de 1989, com a realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos sete países Lusófonos, para a criação de um organismo englobando os países de Língua Oficial Portuguesa - o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com o objectivo de defender e difundir o quarto idioma mais falado no ocidente(mais de duzentos milhões de pessoas). E, principalmente, o de preservar a língua portuguesa como património de todos os países e povos que a utilizam como língua oficial ou materna. O encontro de São Luís foi idealizado pelo então ministro da Cultura do Brasil, José Aparecido de Oliveira. (Viggiano:1994)

Em Março de 1993, já exercendo o cargo de Ministro das Relações Exteriores, José Aparecido propôs ao então presidente Itamar Franco a criação da sonhada Comunidade. A ideia teve o apoio incondicional do então Presidente da República portuguesa, Mário Soares. O processo ganhou impulso definitivo quando reunidos pela segunda vez em Fevereiro de 1994,em Brasília, os sete Ministros dos negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores acordaram em recomendar aos seus Governos a realização, ainda no primeiro semestre daquele ano, de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo com vista à adopção do acto constitutivo da Comunidade. (Viggiano:1994).

A criação da CPLP correspondeu à vontade unânime e livre dos seus sete países fundadores e consolidou uma realidade já existente, resultante da cooperação desenvolvida entre eles. A sua institucionalização traduz um propósito comum: projectar e consolidar, na cena internacional, os especiais laços que unem Portugal, o Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).[16]

Os seus objectivos gerais (pilares de base) são a concertação politica e a cooperação nos domínios social, cultural e económico, de forma a conjugar iniciativas para a promoção do desenvolvimento dos seus povos, a afirmação e divulgação crescentes da língua portuguesa e o reforço da presença dos sete nos organismos internacionais. Para tanto, a Comunidade deverá promover a coordenação sistemática das actividades das instituições públicas e entidades privadas empenhadas no

[16] Declaração Constitutiva e Estatutos da CPLP: 1996. Estes documentos foram aprovados e adoptados na primeira cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizadaa17 de Julho de 1996, em Lisboa.

incremento da cooperação entre os sete, com a contribuição da experiência de organizações não governamentais[17].

Em 2002, na Cimeira de Brasília, Timor-Leste foi admitido como o oitavo membro da Organização. Note-se a anterior participação deste Estado membro como observador antes de se tornar membro efectivo.

2. Estrutura Funcional

Constituem órgãos da CPLP:

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo[18], formada pelos Chefes de Estados e ou de Governo de todos os Estados membros; o Conselho de Ministros[19] composto pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados membros; o Comité de Concertação Permanente[20] de que faz parte um representante (Embaixador e Chefe da Missão Diplomática acreditado em Portugal) de cada um dos Estados Membros da CPLP; a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação[21] congregando as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP; as Reuniões Ministeriais[22] que integra os Ministros e Secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados

[17] Declaração Constitutiva e Estatutos da CPLP.

[18] Como órgão máximo da CPLP, tem como competências definir e orientar a politica geral e as estratégias da CPLP; adoptar instrumentos jurídicos necessários à implementação dos estatutos podendo, no entanto, delegar esses poderes ao Conselho de Ministros; criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP; eleger de entre os seus membros um presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos; eleger o Secretário Executivo e o Secretário Executivo Adjunto da CPLP.
A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados membros. As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados membros. (estatutos da CPLP: 1996).

[19] Tem como competências aprovar o orçamento da CPLP, formular recomendações à Conferência em assuntos da política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP; recomendar à Conferência os candidatos para os cargos de Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto; convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objectivos e programas da CPLP; realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência**.** (estatutos da CPLP: 1996).

[20] Tem como competências acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP, reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros e poderá tomar decisões sobre alguns assuntos *ad referendum* do Conselho de Ministros. (estatutos da CPLP: 1996).

[21] Compete à Reunião dos Pontos Focais da Cooperação assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. (estatutos da CPLP: 1996).

[22] Tem como competências coordenar, em nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais. (estatutos da CPLP: 1996).

membros. O Secretariado Executivo[23] é o principal órgão executivo da CPLP, é dirigido por um Secretário Executivo[24].

Da mesma forma o Secretário Executivo Adjunto[25] será eleito por um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados membros, por ordem alfabética decrescente.

Foi ainda definido que as decisões dos órgãos da CPLP e das suas instituições são tomadas por consenso de todos os Estados membros, os fundos da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados membros, mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho de Ministros.

Este órgão conta ainda com um Fundo Especial, dedicado exclusivamente ao financiamento financeiro de projectos e das acções concretas levadas a cabo no quadro da CPLP, constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas, e regido por regimento próprio, aprovado pelo Conselho de Ministros. Este fundo tem funcionado, com as contribuições feitas pelos Estados que apresentam os projectos.

3. Mecanismos

A CPLP, conta com o Regimento Interno do Secretariado Executivo da organização, que define a natureza e as competências dos seus órgãos. Para efeitos de organização interna e tendo em vista conferir maior eficácia e operacionalidade à execução das tarefas que lhe estão cometidas pela Declaração Constitutiva e pelos estatutos da CPLP, o Secretariado Executivo é constituído pelo Secretário Executivo,

---

[23] Tem as seguintes competências: implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente; planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP; organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP. (estatutos da CPLP: 1996).

[24] O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Estados membros da CPLP, eleito para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados membros por ordem alfabética crescente.
São principais competências do Secretário Executivo: Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objectivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento; nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comité de Concertação Permanente; realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados membros e outras instituições da CPLP; propor a convocação de reuniões extraordinárias para a discussão de problemas concretos na área da ajuda humanitária de emergência; responder pelas finanças, pela administração geral e pelo património da CPLP, sempre em articulação com o Secretário Executivo Adjunto; representar a CPLP nos *fora* internacionais; e exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros e pelo Comité de Concertação Permanente. (estatutos da CPLP: 1996).

[25] Deverá ter a nacionalidade diferente da do Secretário Executivo, e compete ao Secretário Executivo Adjunto coadjuvar o Secretário Executivo no exercício das suas funções e substituí-lo em casos de ausência ou impedimento;

Secretário Executivo Adjunto, um gabinete de assessoria[26]. A secretaria-geral é composta por contabilidade e património, secretariado e pessoal auxiliar.

4. Conclusão

A CPLP é um projecto político fundamentado na língua portuguesa, vínculo histórico e património comum dos sete países lusófonos, que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma. Este factor de unidade poderá fundamentar, no plano mundial, uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente, que se impõe, crescentemente, no contexto de uma nova ordem internacional.

O corpo de assessores afigura-se insuficiente para satisfazer as necessidades tanto da organização quanto dos Estados membros. O mais certo seria que cada estado membro tivesse no gabinete de assessoria do Secretariado Executivo o seu representante, o que não acontece, criando um grande desequilíbrio na representatividade dos países, já que somente existem representantes no corpo de assessores dos países que têm condições financeiras para suportar os seus diplomatas e/ ou funcionários.

A área da cooperação é uma área bastante vasta, tanto mais que qualquer assunto tratado na organização é tido como "cooperação", o que inviabiliza e cria pontos de estrangulamento no tratamento das questões. Assim e tendo em conta a natureza e o volume de trabalho que compreende um tema bastante abrangente, este deveria corresponder a uma área de assessoria independente. Logo, uma revisão no que concerne as áreas de assessoria no Secretariado Executivo, viabilizaria e traria mais – valia à coordenação e execução do trabalho nas respectivas áreas.

---

[26] Constituído por: assessor para os assuntos político-diplomático, assessor para os assuntos económicos, assessor para os assuntos da educação, cultura e desporto, assessor para os assuntos jurídicos, assessor para a imprensa, assessor para os assuntos financeiros.
Os gabinetes de assessoria têm a seguinte competência: Emitir pareceres e elaborar propostas sobre as questões de natureza política, diplomática e de cooperação e assegurar as relações com as representações diplomáticas, instituições públicas e privadas e organismos internacionais; acompanhar a actividade política interna e internacional dos oito e colher as posições dos respectivos governos; incentivar e preparar a participação do Secretariado Executivo em colóquios, *fora* académicos, debates e outros eventos de interesse político e diplomático para a CPLP; emitir pareceres, elaborar e articular projectos de natureza económica e financeira, cultural, social, educativa, desportiva, jurídica e informativa; instruir processos disciplinares e assegurar a assistência jurídica à CPLP; identificar as possibilidades de cooperação cultural, desportiva e educativa com instituições públicas e privadas; recolher as notícias publicadas nos órgãos de comunicação social e outra informação útil relativa à CPLP, coordenar as publicações da CPLP, estabelecer contacto com os órgãos de comunicação social e exercer o papel de porta-voz da CPLP; propor acções que visem a promoção da CPLP, utilizando sempre que possível o mecenato e o *marketing*; executar outras tarefas que lhe forem superiormente atribuídas. (estatutos da CPLP: 1996).

CAPÍTULO III – AVALIAÇÃO CRÍTICA DA CPLP

1. O Projecto

Percebe-se que a CPLP, possui um momento catalisador e fortemente identificável, o qual se dá com a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) no ano de 1989, por ocasião de encontro de chefes de Estado e Governo da CPLP, que foi realizado na cidade de São Luís, capital do Estado Brasileiro do Maranhão.

Segundo demonstra Domingues (1999)[27] e de acordo com o expresso por Mário Soares, ex- Primeiro Ministro de Portugal, esta iniciativa não poderia deixar de vir da parte do Brasil. A relação deste último com os demais países reunidos naquela ocasião, reflectiu, em relação a Portugal, um passado de bom relacionamento e cooperação, acrescido do facto de haver transcorrido um processo de independência, sem guerras ou contencioso de qualquer natureza. Em relação aos PALOP — Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa — além da histórica aproximação, praticada através da via diplomática, entre o Brasil e a África, e da ampla e variada aproximação cultural, o reconhecimento quase que imediato da independência destes países, em relação à antiga metrópole portuguesa, após guerras de descolonização absurdamente desgastantes e violentas, durante as décadas de 1960 e 1970, e cujos efeitos ainda hoje são sentidos. "Acrescente-se o facto do enorme peso demográfico e potencial económico do Brasil e, muito importante, o afastamento de qualquer suspeita, por parte dos PALOP, de uma tentativa de neocolonialismo, por parte dos portugueses"[28] .

Deve-se salientar a importância e o alcance da criação do IILP. Não resta dúvida de que, apesar da ausência do Presidente angolano naquele evento, por razões políticas, a iniciativa resultou na confirmação de diversos interesses comuns, bem como a corroboração de objectivos importantes, sendo os principais o reforço à " (...) promoção da defesa e difusão da língua portuguesa" e o "(...) intercâmbio de especialistas nos campos da língua e cultura". Acrescente-se ainda a importância da "(...} preservação e difusão do acordo ortográfico"[29].

---

[27] Domingues citado em André Carvalho; 2001
[28] Domingues citado em André Carvalho; 2001
[29] CARVALHO André, *"A comunidade de países de Língua Portuguesa - Oportunidade de Cooperação, Integração e projecção Internacional".pp66, 2001.*

As iniciativas das missões diplomáticas dos Estados membros da CPLP durante a última década, entre outras, a criação do Instituto Camões, em 1992, concorreram para a definição do escopo e dos principais contornos da Comunidade, cuja criação foi, finalmente, formalizada em 17 de Julho de 1996.

Pela cronologia apresentada, em anexo percebe-se que houve, em diversos momentos, uma descontinuidade temporal, o que dificulta as análises dos momentos principais, no período anterior à criação da CPLP. Deve-se destacar a tomada de posição, por parte do governo angolano, quando da não participação do seu Presidente, José Eduardo dos Santos, na Cimeira agendada para o mês de Novembro de 1994, na capital portuguesa, como uma " represália", com carácter oficial, devido às declarações proferidas pelo então Presidente de Portugal, Mário Soares, em relação à guerra civil em Angola e às atitudes tomadas pelo governo português.

2. Viabilidade Politica

A CPLP tem viabilidade política. O que parece essencial é um afinamento dos objectivos dentro da definição ampla do artigo1º, que instituiu um modelo novo.

A CPLP poderá amadurecer o critério para a escolha dos nomes para o Secretário Executivo e o Secretário Executivo Adjunto, evitando-se a sequência alfabética de Estados que, aliás, não é estatutária, e possivelmente não apropriado a um organismo internacional.

Justifica-se talvez chamar a atenção para o facto de que a concertação político-diplomática, a que se referem os artigos1º e 3º, tem que levar em conta a participação de cada Estado em outros organismos internacionais, determinando limites de actuação, mormente os de composição e fins regionais. Poderia recomendar-se que, face ao aprofundamento na estrutura e objectivos da CPLP, a instituição consolide o seu relacionamento com os organismos internacionais do sistema das Nações Unidas, mormente os de carácter especial e cooperativo, como a UNCTAD, o PNUD, a comissão dos Direitos Humanos, a UNESCO, etc, através de acções concretas. Outrossim, poderá estreitar relações com os organismos regionais que sejam permitidos pelos seus estatutos.

Tudo indica ser necessário dotar a CPLP de maior dinamismo para que ganhe a projecção nacional e internacional, que seria de desejar.[30]

3. Integração Aberta e Cidadania

3.1. Integração Aberta

Um contexto globalizado requer intensa participação internacional, em resposta a um cenário de extremo dinamismo, onde o jogo de forças deixa de ser um vector unidimensional, passando a agregar factores de naturezas diversas. Não resta dúvida de que iniciativas como a CPLP representam oportunidades ímpares para seus membros e devem ser encaradas como relevantes, merecendo ser tratadas com especial cuidado. È importante salientar, tal como assinalado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, que a CPLP "(...) está constituída por sete países, em três continentes, abrangendo uma superfície superior a dez milhões de quilómetros quadrados e com uma população de aproximadamente duzentos milhões de habitantes."[31] São números que impressionam qualquer observador e antecipam um imenso potencial a ser desenvolvido, seja qual for o escopo de cooperação.

Brigagão (1996) considera como um aspecto fundamental na definição da Comunidade "(….) a tentativa de evitar a todo custo posições hegemónicas ou isolacionistas, dando lugar à concertação internacional, com vantagens e benefícios recíprocos"[32]. O mesmo autor observa, entre as mais importantes finalidades da Comunidade, que deve ser dada uma atenção especial à situação particular dos PALOP e à questão do "repúdio ao racismo".[33]

Ainda na Declaração Constitutiva, encontram-se objectivos a serem permanentemente perseguidos, dentro da CPLP, considerando os variados campos da cooperação.

Pode-se acrescentar o facto da constituição da CPLP possibilitar o surgimento de oportunidades, de cooperação e actuação mais efectiva, em conjunto com as demais

---

[30] MOURÃO Fernando. *CPLP: Oportunidades e Perspectivas* (Brasil),2002, pp66.
[31] Discurso proferido pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime José de Matos Gama, por ocasião da Conferência Inter parlamentar no âmbito do Projecto de criação da CPLP, em 24/6/1996. Texto na Internet- CPLP.org.
[32] BRIGAGÃO, citado em Carvalho André : 2001
[33] Idem

organizações internacionais como a União Europeia, o MERCOSUL ou a SADC e outras instituições especiais, como o BIRD e a OCDE.

Conforme foi afirmado pelo Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, em seu discurso por ocasião da abertura da Cimeira Constitutiva da CPLP, realizada em Lisboa, em Julho de 1996, os objectivos mencionados reflectem de forma precisa os três pilares da Comunidade: o primeiro, da concertação política, para a defesa e promoção de interesses comuns; o segundo, da cooperação para o desenvolvimento económico e social, com ênfase no desenvolvimento dos recursos humanos e intercâmbio nas diversas áreas de conhecimento; o terceiro, da promoção e defesa do idioma português, em âmbito universal.[34]

Embora os objectivos enumerados possuam características nitidamente generalistas, é conveniente levar em conta que a sua realização passará, evidentemente, pelo estabelecimento de linhas de acção concretas e direccionadas, com a consecução de projectos que venham a ser traduzidos em benefícios reais e vantagens para todos os envolvidos.

A importância da CPLP traduz-se por sua força catalisadora e pelo amplo espaço de cooperação que passa a existir entre os seus países membros. Ao examinar alguns aspectos do actual panorama internacional, no qual se encontra o Brasil como parte do MERCOSUL, Portugal integrado na União Europeia e Angola e Moçambique como integrantes da SADC, percebe-se que as iniciativas engendradas, no âmbito da CPLP justificam plenamente a sua criação e desenvolvimento.

Nos primeiros quatro anos de existência da CPLP, o cargo de Secretário Executivo foi exercido pelo ex-Primeiro Ministro de Angola, Dr. Marcolino Moco. É muito importante lembrar que, ao longo de todo este período, perdurou em Angola um estado de confronto entre facções rivais, numa violenta guerra civil, gerando a desestabilização deste país e, o inevitável desprestígio, com imenso prejuízo de sua imagem, na óptica dos observadores externos.

Quando se busca uma compreensão mais profunda da CPLP, é indispensável deve-se sempre reconhecer os desníveis existentes dentro desta organização, tanto mais que, como foi mencionado, a Comunidade não possui continuidade territorial e geográfica.

---

[34] Discurso do Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da I Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 17/7/1996.*Texto na Internet.CPLP.org*

Tampouco há uniformidade, quando se consideram os estágios de desenvolvimento económico.Com referência a este aspecto, Kotler (1997) sugere uma classificação na qual se pretende avaliar os diferentes estágios de desenvolvimento económico, para a quase totalidade de países do mundo, ao fazer uso de apenas duas dimensões estratégicas. A primeira delas, a posição de riqueza em conjunto com o grau de industrialização. Segundo a classificação proposta por este autor: os latino-americanos — são países de história compartilhada, problemas comuns, como dívidas externas vultosas e mesmas soluções. A distância entre muitos países latino-americanos e os níveis internacionais de produtividade alargaram-se constantemente, não permitindo a estes países atingir metas voltadas para a integração gradual à economia global.[35] ; os países com nichos industriais — este grupo inclui nações industriais menores, países que normalmente abrigam parques industriais bastante diversificados e normalmente possuem uma renda *per capita* elevada. Incentivam o desenvolvimento através de investimentos em educação e pesquisas, embora em pequena escala, se comparadas aos gigantes industriais.[36] ; as economias de subsistência — mais da metade dos países do mundo encontram-se nesta categoria. São classificados como nações menos desenvolvidas, muitas das quais estão localizadas na África e no Sul asiático. Sofrem actualmente com um declínio económico acentuado, queda nas rendas per capita e receitas de exportação, acelerado crescimento populacional e interrupção do investimento estrangeiro. Quanto ao aspecto social, observa-se acentuada queda em matrículas escolares, aumento da desnutrição e alta mortalidade materna e infantil são demasiadamente comuns nesse grupo de países.[37] Como participante do primeiro grupo descrito acima, há o Brasil. No segundo, Portugal e, no terceiro, incluir-se-ão os PALOP. Vale a pena lembrar que esta classificação limita-se a considerar apenas duas variáveis, compondo uma análise que se restringe a aspectos relacionados com os diversos estágios de desenvolvimento económico. No entanto, respeitada a existência de um sem número de variáveis internas e externas, que podem vir a atenuar ou reforçar aspectos políticos e sociais, pode-se admitir até certo ponto que as duas variáveis propostas por Kotler[38] encerram uma análise aproximada do posicionamento dos países, no cenário internacional.

---

[35] *KOTLER,P.O Marketing das Nações.São Paulo : Futura, 1997,p.95*
[36] *Idem, p. 102*
[37] Ibidem, p.106.
[38] Kotler. Citado em André Carvalho: 2001

Infere-se que cada um dos países membros tem necessidades e prioridades distintas. De acordo com Domingues (1997), os PALOP buscariam privilegiar, nas suas tomadas de posição dentro da CPLP, a melhoria de seu nível de desenvolvimento económico. Por sua vez, Portugal e Brasil, devido às suas características sociais e económicas, distintas dos primeiros — e também diferentes entre si — tenderiam a buscar uma valorização da vertente político-diplomática da Comunidade e com isto obter apoio em questões internacionais. Tome-se como exemplo o facto ocorrido na recente eleição de Portugal, com apoio de todos os países da CPLP, para fazer parte do Conselho de Segurança da 0NU.[39]

A CPLP esteve sempre atenta e de alguma forma envolvida, não apenas no anteriormente mencionado conflito em Angola, como também naqueles ocorridos em São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e em Timor Leste. Apesar da não obtenção de resultados concretos quanto às suas tentativas de interferência no conflito angolano, em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau, conseguiu um acordo de cessar-fogo e uma estabilidade politica, o qual foi inteiramente elaborado em português e aceite na sua totalidade pelas partes envolvidas. (Carvalho: 2001)

Mais uma vez, afirma-se a existência dos objectivos amplos da CPLP. Porém, esta Comunidade vem sendo alvo de críticas e é frequentemente questionada quanto à efectividade das suas acções. A maioria de seus críticos enfatiza a fragilidade económica da maioria dos seus membros e reporta a necessidade dos dois países economicamente mais fortes, Brasil e Portugal, fazerem maiores investimentos em programas de melhoria de condições de vida, dentro da CPLP. (Carvalho: 2001).

As desigualdades observadas entre os Estados membros reforça essas críticas e perante a caótica e pouco segura realidade económica e social dos PALOP. Isso constitui um risco potencial de enfraquecimento das instituições da Comunidade, segundo Ferreira e Almas (1996)[40], pela emergência com que se defrontam os governos desses países africanos, face à má situação económica de suas populações, as quais vivem expostas a males como a fome e epidemias diversas. Porém, mantém-se a expectativa de que a CPLP possa também cumprir importante papel, no sentido de propiciar meios para uma significativa melhoria destas condições de vida. (Carvalho: 2001).

---

[39] DOMINGUES Citado em André Carvalho: 2001

[40] *FERREIRA,M.E., ALMAS, R. Comunidade económica ou parceria para o desenvolvimento: o desafio do multilateralismo na CPLP. Lisboa: CIDEC. Revista Politica Internacional. V.1,n13,1996,p.53.*

Desta forma, há uma CPLP imersa na tentativa de resolução de questões inerentes ao seu funcionamento, a todo tempo esforçando-se por constituir um aparelho jurídico e administrativo e lutando contra adversidades que incluem um orçamento bastante restrito, acarretando a escassa divulgação de seus programas e acções. Espera-se, uma vez passado este momento inicial, que a Comunidade venha então a desenvolver-se mais rapidamente. Novos impulsos deverão ocorrer, para que ela possa assumir um papel de destaque, como organização internacional, empenhada na promoção de acções conjuntas mais efectivas. Vale a pena mencionar a recente criação de um domínio próprio na Internet, "www.cplp.org", criado em consonância com o propósito de divulgação e disseminação das acções realizadas pela Organização.

No entanto, de acordo com Monteiro (1997), pode-se afirmar que a passagem dessa "letargia" inicial da comunidade para uma actividade mais intensa e regular irá depender de um maior envolvimento de Brasil e Portugal nos diversos programas e processos, levados adiante na CPLP[41]. Ferreira e Almas (1996)[42] consideram necessário o desafio destes dois países encararem a Comunidade como um espaço económico vantajoso, em relação às trocas bilaterais.

3.2. Cidadania

Uma das realidades mais vivas da CPLP são os fluxos populacionais, nomeadamente em direcção a Portugal e Angola, hoje como ontem em direcção ao Brasil e amanhã talvez em direcção a qualquer outro Estado membro. Apesar da escassez de dados estatísticos fiáveis e actualizados - certamente uma tarefa para a CPLP-, cerca de 900 mil cidadãos nacionais de países lusófonos vivem hoje noutro pais membro da CPLP. É certo que destes, cerca de 120 mil vivem em Portugal e mais de 720 mil no Brasil. (Vasconcelos:2002)[43]. Portugal, de pais de emigrantes, está a transformar-se num país de destino, enquanto no Brasil se passa exactamente o contrário. Cabo Verde continua a ser um pais de emigrantes com uma forte componente europeia e norte- americana no destino dos seus nacionais. Para outros países, como Moçambique, a emigração tem uma componente essencialmente regional. Mas o

[41] MONTEIRO,H.A *: CPLP serve para quê? 1997. Texto na Internet www.. expresso.pt/1290.*
[42] FERREIRA,M.E.,ALMAS,*R.op.cit.,p.55*
[43] VASCONCELOS, Álvaro: *CPLP: Oportunidades e Perspectivas;* pp 75. 2002

fenómeno é global e deve ser abordado com regras multilaterais numa perspectiva de longo prazo.

A dimensão humana é uma componente essencial da lusofonia, que tanto pode e deve ser um factor essencial de aproximação, como pode também ser e tem acontecido por vezes, um factor de crispação. Dar prioridade a esta questão é fazer dela um dos factores identificadores da comunidade lusófona num contexto internacional em que a imigração se tornou uma questão central do debate político.

Samuel Huntington , no seu famoso artigo "Clash of Civilizations"?[44], depois de recordar que de acordo com as previsões censitárias haverá em 2050 nos Estados Unidos 23% de hispânicos, 16% de negros e 10% de asiáticos, pergunta com grande espanto se em caso de "os Estados Unidos se tornarem verdadeiramente multiculturais e eternamente palco do confronto de civilizações, a democracia liberal poderá sobreviver". A reacção da América anglo-saxónica conservadora contra a "invasão" hispânica é a motivação básica de Huntington.

Para a CPLP é essencial assumir uma posição de clara recusa das teorias de Huntington sobre o choque das civilizações. Por isso mesmo é importante que a identidade da CPLP não se baseie numa pretensa unidade cultural lusófona. Uma língua comum não cria uma cultura, nem mesmo uma literatura comum.

A CPLP deve pois assumir-se como um espaço diverso culturalmente, onde a comunicação e o conhecimento mútuo são facilitados pelo uso da mesma língua, como um espaço de cidadania. Ora, na questão da imigração e da aceitação da diversidade, a posição da maioria dos países da CPLP tem sido exemplar, nomeadamente no que diz respeito aos nacionais dos oito através de medidas de natureza constitucional e legislativa que afirmam o princípio da dupla nacionalidade. O projecto de convenção quadro relativo ao estatuto do cidadão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que começou a ser discutido e foi revisto na Cimeira de Brasília em 2002, pode vir a ser o documento chave da CPLP. Este projecto visa garantir direitos políticos e sociais aos nacionais de um Estado membro da CPLP que residem nos restantes.[45] É evidente que o novo estatuto, quando for posto em prática, será um instrumento essencial de integração politica e social, pois permitirá a participação na vida politica dos países de residência onde os imigrantes se encontram, dando a possibilidade de serem eleitos para os

[44] Samuel P. Huntington, *"Clash of Civilizations?"*, Foreign Affairs, vol.72,3(1993)

[45] A Proposta do Estatuto do Cidadão da Comunidade dos países de Língua Portuguesa, foi apresentado a IV Conferência de chefes de Estado e de Governo, no qual foi recomendado a continuação da sua discussão.

parlamentos nacionais e participarem assim na actividade legislativa, como já acontece no Brasil. (Vasconcelos:2002).

Mas a questão da valorização do factor humano na CPLP passa também pelas condições de acesso ao espaço da lusofonia, designadamente para os "agentes" da comunidade (políticos, artistas, homens de negócios, universitários), e pela definição das condições de acesso dos imigrantes ao espaço lusófono.

O Conselho de Ministros de Brasília em 2002 assinou e a Conferencia de Chefes de Estado e de governo 2002 homologou vários acordos que visam facilitar a circulação dos cidadãos da CPLP, no espaço da Comunidade, nomeadamente dos agentes políticos, culturais, diplomáticos e económicos, através da concepção de vistos de múltiplas entradas para determinadas categorias, a harmonização dos vistos de curta duração, e igualmente a regulação comum da concessão de vistos para tratamento médico. Está também aprovado pelo grupo da CPLP sobre cidadania e circulação, o estabelecimento de balcões CPLP nas fronteiras e a isenção de taxas e emolumentos devidos à emissão e renovação de autorizações de residência para os cidadãos da comunidade.[46]

As políticas migratórias, a questão da cidadania, a problemática da livre circulação, o combate à discriminação, já não podem ser vistos numa perspectiva meramente nacional ou mesmo exclusivamente no seio da CPLP. São questões que estão hoje entre as prioridades dos processos de integração regional, nomeadamente do europeu. Os progressos que a União Europeia tem feito no domínio da justiça e da segurança, o chamado terceiro pilar de Maastricht, têm permitido a criação progressiva de uma fronteira comum, nomeadamente entre os signatários do acordo de Schengen[47], e uma harmonização da politica de vistos que significa que quem entra em Portugal entra num espaço muito mais vasto, desde que não tenha como objectivo aí trabalhar. A defesa do projecto de integração aberta implica defender, a nível dos processos de

[46] Os documentos já aprovados pelo grupo cidadania e circulação são: i)concessão de vistos de múltiplas entradas para determinadas categorias de pessoas; ii) estabelecimento de requisitos comuns máximos para instrução de processos de vistos de curta duração; iii) estabelecimento de balcões específicos nos postos de entrada e saída para o atendimento de cidadãos da CPLP; iv) concessão de visto temporário para tratamento médico dos cidadãos da comunidade; v) isenção de taxas e emolumentos devidos à emissõa e renovação de autorizações de residência para os cidadãos da comunidade.

[47] O Acordo de Schengen foi instituído em 1985 pela Bélgica, os Países Baixos, o Luxemburgo, a França e a Alemanha. A intenção era criar uma área sem restrições de viagem, na qual os controlos fronteiriços entre os países participantes fossem eliminados e existisse uma maior cooperação no combate ao crime transnacional. Mais tarde o Acordo de Schengen foi incorporado na nos acordos de cooperação com a UE e inclui actualmente todos os países da União à excepção da Irlanda e do Reino Unido.

integração, os direitos políticos para os nacionais dos oito, que estes procuram estabelecer entre si.

Ao assumir a questão da imigração e do seu corolário, a cidadania, como questão fundamental, que foi o sentido das decisões da III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo de Maputo de 2000 e seguintes, a CPLP está segundo Álvaro de Vasconcelos, a escolher o caminho certo e a mostrar que é possível olhar para os imigrantes como um factor de aproximação humana e cultural para além de serem um contributo essencial ao desenvolvimento. (Vasconcelos:2002).

A CPLP poderá assim ganhar uma identidade internacional própria e conforme os princípios da sociedade aberta e plural. Para isso não bastará naturalmente instituir um estatuto do cidadão da CPLP comummente aceite, é necessário nos países de acolhimento garantir a aplicação desses direitos, criar condições sociais condignas para os imigrantes e combater com intransigência toda a forma de racismo e xenofobia. Para isso se concretizar plenamente é necessário que em todos os Estados membros vigore a democracia e o Estado de direito.[48]

4. Conclusão

A importância de uma comunidade de países, nos moldes da CPLP, é inquestionável, num momento em que são privilegiadas novas orientações das relações internacionais. A globalização exige mecanismos de participação mais ágeis, ao mesmo tempo em que os recursos tecnológicos encurtam as distâncias.

Reconhece-se a pouca efectividade alcançada pela CPLP em questões de cunho económico-financeiro. Nos seus primeiros anos de existência, não há números ou implementação de iniciativas, que comprovem algum incremento no intercâmbio comercial entre os países membros ou destes com outros países ou blocos económicos, em decorrência directa da formação da Comunidade.

Existem latentes disparidades entre os países da CPLP, não bastasse o seu afastamento geográfico. Adicionem-se factores como a pouca divulgação da Comunidade e os escassos recursos necessários ao seu funcionamento, além de suas iniciativas serem de alcance limitado.

[48] VASCONCELOS, Álvaro : *CPLP: Oportunidades e Perspectivas;2002.*

A transformação deste quadro dependerá, necessariamente, da adopção, por parte de Brasil e Portugal, seus integrantes de maior peso internacional e melhores situações económicas, de medidas que favoreçam e movimentem as instituições da comunidade e seus mecanismos. Estes também devem lutar pela plena realização e ampliação dos objectivos da Comunidade e pelo enriquecimento da língua portuguesa, seu principal património comum.

Considera-se que são factores imperativos a melhoria das condições de vida e o incremento das estruturas básicas dos PALOP. Mas também deverão ser maximizados os investimentos em educação, que representariam, em consonância com os objectivos da CPLP, não apenas a multiplicação dos benefícios socio-económicos, mas também a ampliação dos meios de divulgação da língua portuguesa.

A concertação político-diplomática, um dos alicerces da Comunidade, prevê que todos os países membros deverão buscar uma actuação em conjunto, quando participarem nos diversos fora internacionais. Independentemente do relacionamento com os diversos organismos nacionais e internacionais, também é possível prever uma actuação mais efectiva junto das agências de fomento, organizações não governamentais e associações económicas regionais.

Mantendo o seu foco permanentemente voltado para a língua portuguesa, mas, ao mesmo tempo, possuindo um escopo muito amplo, a CPLP necessita buscar e criar meios que venham a permitir a realização de todos os seus objectivos. Deverão, ainda, ser desenvolvidas oportunidades mais variadas, a fim de permitir o seu crescimento sustentado, bem como melhorias sensíveis nos níveis de desenvolvimento verificados nos países da CPLP.

Um outro tema importante para os trabalhos da CPLP é a definição de uma perspectiva comum para a sua acção regional e internacional, nomeadamente nas Nações Unidas, sobre a problemática da imigração.

CAPITULO IV – O SISTEMA DE COOPERAÇÃO E SUA EVOLUÇÃO

1. Cooperação Intra Comunitária

A cooperação[49], como um dos pilares da CPLP, reveste-se de grande importância para a consolidação dos laços de solidariedade que norteiam as relações entre os Estados membros.

A cooperação bilateral é uma das mais importantes características da Comunidade. Importa desenvolver a contribuição da cultura de cooperação multilateral. A experiência permite assegurar, com relativo optimismo, que se caminha também nesse sentido multilateral[50].

1.1.Análise Funcional

A Cooperação constitui um dos elementos essenciais das actividades da CPLP. Se a língua, os elementos históricos e culturais comuns e a convergência de interesse ditaram a criação da Comunidade, a cooperação constitui um dos seus mais fortes esteios.

Se numa primeira fase o Secretariado Executivo estabeleceu protocolos com organizações de carácter cultural e/ou técnico, e actualmente expandiu essa actuação para os campos do desenvolvimento e saúde, é urgente que se mova para o campo da economia. É preciso que a CPLP saiba aproveitar estes espaços amplos de comércio e fazê-los convergir nos interesses da Comunidade e dos Estados membros[51].

A CPLP enquanto organização multilateral poderá servir de fórum para o estreitamento de relações bilaterais entre os Estados.

É urgente nesta cooperação multilateral desenvolver esforços para o combate a situações graves em que alguns dos povos vivem. A cooperação bilateral neste domínio mostrou ser mais eficaz do que a multilateral, pois numa cooperação mais restrita pode-se estabelecer objectivos de actuação mais de acordo com as potencialidades de cada

[49] Dotada de dimensão multisectorial, ela comporta um vasto campo de opções, o que confere aos Estados membros a necessária flexibilidade quanto ao delineamento das suas prioridades.
[50] O Secretariado Executivo tem desenvolvido esforços no sentido de levar a cabo alguns projectos de acordo com as recomendações e decisões emanadas das Cimeiras de Maputo, Brasília e São Tomé, tendo-se concentrado, sobretudo, em áreas prioritárias, como sejam a educação, saúde, cidadania, formação, apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau, a cidadania e circulação, o governo electrónico, as telecomunicações e outras.
[51] É de notar que cada um dos Estados membros faz parte de Organizações internacionais de integração económica como seja a União Europeia, o Mercosul, a SADC, futuramente a ASEAN (com Timor-Leste).

sociedade. A cooperação económica na CPLP deve ser uma forma de combater os atrasos que alguns dos países têm a nível de desenvolvimento humano.

Mas nessa cooperação bilateral que se venha a estabelecer, a CPLP poderá desempenhar sempre um papel de mediadora e de reguladora das ajudas. A CPLP pode assim ser um palco de "cooperação multibilateral", como os teóricos das Relações Internacionais chamam a estas relações.

Como uma medida de actuação conjuntural, a CPLP poderá ainda incrementar o desenvolvimento de ajudas humanitárias de carácter de emergência para com os países da comunidade mais carenciados. (Conselho de Ministros da CPLP: 2001)

Os projectos destinam-se a uma actividade ou conjunto de actividades cujos resultados são previsíveis, enquanto os programas destinam-se à actividade social dos Estados membros, tais como as transferências de recursos para os sectores de educação ou de saúde, acompanhados de indicações quanto aos objectivos de aplicação de tais recursos. Este tipo de cooperação é o mais eficaz e é o preferido pelas diversas organizações internacionais.

A assistência técnica envolve o fornecimento de recursos tendentes à formação nos domínios da educação e da formação profissional ou ainda o fornecimento de equipamento necessário ao funcionamento dos serviços de assessoria e de formação assim prestados. A cooperação mais comum com outros organismos internacionais faz - se através dos mecanismos da assistência técnica e da assistência financeira.

Outro grande desafio da CPLP é de conseguir implementar projectos como, por exemplo, o projecto de combate ao HIV/SIDA nos países e conseguir criar um processo, sobretudo de educação a partir da cooperação entre os Estados membros. Para tal, é necessário que os pontos focais de cooperação da CPLP continuem a promover a consolidação articulada e ágil, conforme a vontade política dos Estados membros[52].

No âmbito da cooperação da CPLP com outras organizações internacionais, as medidas progressivas de ampliação e a presença na cena internacional, permite o estabelecimento de relações de cooperação com os mais diversos organismos em prol dos interesses dos seus Estados membros. Ademais, as acções bilaterais entre os Estados membros da Comunidade poderão ser maximizadas a partir de acção conjunta no quadro de uma cooperação multilateral.

---

[52] Declaração da Conferência de Chefes de Estado e de Governo: 2002

Neste contexto, uma relação mais próxima com os vários sectores que se organizam no âmbito da CPLP têm resultado numa melhor concertação dos Estados membros sobre os vários temas, consolidando e reforçando os conceitos de cooperação multilateral.

1.1.1. Actividades de Cooperação

Uma cooperação bem sucedida numa base de políticas concertadas é condição para que o enorme potencial humano e os recursos de que dispõem os países da Comunidade sejam valorizados e mobilizados através de programas e projectos com impacto real e durável na vida dos cidadãos.[53]

Embora possa parecer residual, se comparada em volume com a cooperação bilateral entre os Estados membros, a cooperação desenvolvida sob a égide da CPLP tende a se ampliar e a consolidar-se em espaço próprio, o que a torna crescentemente reconhecível e necessária.

É de destacar a sua relevância, assim como o valor do esforço que os Estados membros, particularmente Portugal e Brasil, têm consentido para que responda eficazmente às necessidades identificadas dos países beneficiários.

A reunião de pontos focais de cooperação[54] assume um papel cada vez mais relevante na identificação, no lançamento e no acompanhamento de projectos multilaterais, consolidando, desta forma, a cooperação como importante vertente da promoção do desenvolvimento e de aprofundamento dos laços de solidariedade entre os Estados membros.

Neste contexto, tem-se desenvolvido esforços no sentido de viabilizar alguns projectos, sobretudo, em áreas prioritárias, como sejam, a saúde, a educação, administração pública, o desenvolvimento empresarial, as telecomunicações, o desenvolvimento social no âmbito da questões relacionadas como o género, o apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau e as relações com outros organismos internacionais, bem como com a sociedade civil.

---

[53] Relatório da reunião de pontos focais de cooperação: 2002

[54] Foi em claro reconhecimento da sua importância que o Conselho de Ministros integrou a reunião de pontos focais de cooperação como órgão da CPLP na última revisão dos Estatutos realizada em 2002, em Brasília.

Assim sendo, os Centros Regionais de Excelência[55] em Desenvolvimento Empresarial situado em Luanda e o de Administração Pública, situado em Maputo, constituem um dos grandes projectos da CPLP, e têm a finalidade de fortalecer de forma institucional os PALOP para o apoio ao desenvolvimento do sector privado e da formação profissional e no sector da administração pública.

Com o objectivo de aperfeiçoar e elevar o nível dos conhecimentos do pessoal técnico dos países membros da CPLP no tocante à metodologia relativa ao processo da cooperação para o desenvolvimento, têm sido realizadas acções de formação como: treinamento em análise e enquadramento de projectos de cooperação técnica internacional (ProCTI-MAE);[56] cursos de formação de técnicos da educação; apoio à capacitação dos recursos humanos em saúde nos PALOP; cursos sobre preparação e avaliação de projectos de cooperação técnica; cursos sobre formação em práticas diplomáticas e consulares; curso de formação de empreendedores – programa empresa na prática, curso de administração e gestão escolar para dirigentes; cursos de elaboração de projectos de cooperação para o desenvolvimento; curso de formação de estatísticas da educação; formação de novos inspectores e delegados regionais do trabalho e administração pública na Guiné Bissau e produção de arroz de bas- fond para mulheres agricultoras na Guiné Bissau[57]; curso sobre concepção, formulação e monitoramento de projectos de CTI, para colaboradores do secretariado executivo e estados membros;

O projecto de cooperação técnica em telecomunicações, implementado através da realização das reuniões técnicas anuais das telecomunicações, tem como fim **a**poiar os organismos governamentais de telecomunicações dos PALOP na melhoria das suas estruturas reguladoras e trocar experiências relativas à privatização e à introdução da competitividade no sector; o projecto estudos lusitanistas na biblioteca nacional de Lisboa[58], foi consagrado a concepção de bolsas de estudos a especialistas dos estados

[55] O Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial situado em Luanda foi inaugurado em Julho último por ocasião do X Conselho de Ministros, e tem já constituído o seu Conselho Deliberativo. O Centro Regional de Excelência em Administração Pública, situado em Maputo, está na sua fase de construção.

[56] O Projecto tinha como objectivo aperfeiçoar e elevar o nível de conhecimento do pessoal técnico dos países membros da CPLP no tocante à metodologia relativa ao processo da cooperação para o desenvolvimento.
O Projecto capacitou no total cerca de 180 participantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste em análise e enquadramento de projectos de cooperação internacional. Para tal foram ministrados seis cursos de curta duração (carga de cerca de 40 horas ao longo de 5 dias) nesses países. Os cursos foram promovidos pela CPLP e realizados pela ABC do MRE do Brasil.

[57] Inserido no programa de Apoio ao Desenvolvimento da Guiné Bissau

[58] A referida acção pontual que destinou-se a concepção de bolsas de curta duração a docentes, pesquisadores e técnicos especializados, também licenciados, africanos e timorenses, que realizarão estudos lusitanistas de âmbito alargado, ou seja, em temas de história, ciências sociais, direito, literatura, língua e outras áreas de cultura portuguesas, utilizando o acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, de que resultaram publicações que foram

membros no domínio da investigação da língua Portuguesa; Capacitação de Recursos Humanos nos PALOP[59], tem como objectivo capacitar técnicos dos Estados membros, incidindo na qualificação e requalificação da força de trabalho em saúde pública nos PALOP.

Segundo Torres e Ferreira[60], se o espaço da CPLP não é uma zona de comércio livre, discricionária face ao resto do mundo, tal não significa, que não se deva estimular a cooperação económica entre os Estados membros, como aliás e uma vez mais o Presidente moçambicano fez questão de sublinhar: *" A CPLP não terá futuro se não entrar na cooperação económica."* (Moreira: 2001)

È neste contexto que um dos grandes desafios da CPLP é a consolidação da vertente económica e empresarial na Comunidade. Uma tão populosa comunidade de países como é a CPLP corresponde, necessariamente, a um potencialmente vasto mercado e a uma significativa massa empresarial esperada. No contexto da globalização, a CPLP precisa de estar preparada para uma integração competitiva no comércio e na economia internacionais. Assim, nos últimos três anos, a CPLP tem vindo a intensificar o seu empenho no reforço da envolvente económica dos Estados membros, para facilitar e propiciar o crescimento do intercâmbio económico e comercial. Ou seja, criando condições para que os agentes económicos, públicos e privados, dos países da CPLP, estreitem entre si as relações e uma maior troca de informações de carácter económico e comercial, de modo a poderem partilhar problemas, desenvolver projectos e criar parcerias que ajudem não só a ampliar o mercado do espaço lusófono, mas também a fortalecer a inserção das empresas da Comunidade na economia internacional.[61] (Médicis: 2003)

Por isso o Secretariado Executivo esteve empenhado na preparação dos três Fora empresariais já ocorridos, em Lisboa em Julho de 2002, em Fortaleza em Junho de 2003

---

distribuídas por Universidade e outras entidades do mundo de língua portuguesa, de acordo com os temas desenvolvidos.

[59] O projecto constitui um espaço de reflexão e teorização objectivando materializar duas dimensões do programa de cooperação FIOCRUZ-CPLP, a partir da realidade africana. Procura também discutir e elaborar um plano de acção para viabilização do Núcleo de Apoio à Formação em Saúde Pública em Angola e Maputo, bem como, qualificar docentes em saúde pública com ênfase nas áreas de gestão, vigilância epidemiológica e administração hospitalar em consonância com os objectivos da CPLP de buscar apoiar o desenvolvimento dos Estados membros, desenvolvendo desta forma o processo de formação profissional em saúde pública em diferentes níveis (médio e superior).(Documento de projecto: 2001)

[60] Torres e Ferreira. Citado em Moreira: 2001

[61] Relatório de Balanço apresentado pelo Embaixador João Augusto de Médicis , então Secretário Executivo da CPLP, ao Conselho de Ministros: Julho de 2003.

e na Praia, em Outubro de 2004[62]; e na criação do Conselho Empresarial da CPLP, cuja escritura foi assinada no Secretariado da CPLP, a 4 de Junho de 2003.

Enquanto os Fora empresariais constituem um importante e útil instrumento da CPLP na promoção de troca de informações, de cooperação empresarial e de prospecção de novas oportunidades de negócios e investimentos; o Conselho Empresarial, com o potencial de uma grande Câmara de Comércio e Indústria, definirá estratégias de actuação, em termos de investimentos e parcerias, que beneficiem os empresários da Comunidade, proporcionando uma utilização mais eficaz dos recursos comuns. (Relatório do conselho empresarial:2003).

Como resultado da actuação do Conselho Empresarial e dos Fora Empresariais, os empresários poderão perceber a utilidade da CPLP como espaço gerador de valor acrescentado para as suas actividades. Paralelamente, os empresários de cada Estado membro também trarão, para a Comunidade, as mais valias dos seus interesses nacionais, dando, assim, ânimo e visibilidade à vertente económica e empresarial da CPLP[63].

O Projecto do Governo Electrónico da CPLP, foi criado com o objectivo de treinar de técnicos dos países africanos de língua portuguesa e de Timor Leste, para a elaboração de programas nacionais de governo electrónico, constituindo-se numa primeira fase de um projecto mais abrangente de governo electrónico da CPLP.[64]

---

[62] No III Fórum Empresarial da CPLP, a dinamização das economias dos Estados membros da CPLP através da consolidação das relações económicas entre estes e com organizações terceiras constituiu objectivo principal do Fórum.
Foram debatidos temas relacionados com a Cooperação Empresarial no âmbito da CPLP, a maximização das sinergias na Parceria Público-Privado, os novos Acordos de Parceria Económica, o *e-Governance*, bem como o imperativo da formação profissional como factor de competitividade. O Conselho Empresarial da CPLP, o Banco Comercial Atlântico e a Promotora acordaram envidar esforços no sentido da concretização de projectos que permitam o crescimento do intercâmbio económico e comercial entre os Estados membros da CPLP e com terceiros. (conclusões do Fórum, 2004).

[63] A Constituição do Conselho Empresarial, bem como a realização periódica do Fórum Empresarial da CPLP constituirão os instrumentos do braço económico e empresarial da nossa Comunidade ao: dinamizar e promover o relacionamento empresarial no espaço da CPLP; impulsionar novas oportunidades de negócios e acções de parcerias estratégicas, aproveitando a capacidade técnica e de investimento dos Estados membros mais capacitados; favorecer o acesso dos empresários dos países membros aos mecanismos de cooperação empresarial e económica nas organizações económicas em que se inserem, através das mais valias decorrentes do posicionamento privilegiado de cada Estado nessas organizações; promover o desenvolvimento do sector privado nos Estados membros, tornando os nossos países espaços económicos ainda mais atractivos e dinâmicos. (Documento de constituição do Fórum : 2004)

[64] O III Encontro de Ministros e Secretários de Estado da Presidência e Assuntos Parlamentares da CPLP em Brasília nos dias 24 e 25 de Maio de 2001, aprovaram o Protocolo de Intenções sobre Cooperação na Área de Governo Electrónico no Âmbito da CPLP. O Protocolo tem como objectivos, entre outros, elevar o tratamento dos temas das novas tecnologias de comunicação e informação a um papel estratégico no âmbito da organização, e dotar o Secretariado Executivo da CPLP de mecanismos e sistemas de comunicação e informação compatíveis com as tecnologias mais modernas e interligados com os países membros.
Foi aprovada a minuta de Declaração de Ministros e Secretários de Estado da Presidência e Assuntos Parlamentares sobre a criação do Comité Técnico Permanente de Governo Electrónico da CPLP.(declaração final: 2002).

Ainda no desenvolvimento dos programas da CPLP, destaca-se a importância dada à problemática do HIV/SIDA, cuja proporções pandémicas atingiram o mundo, particularmente em África, onde rapidamente deixaram de ser apenas um problema de saúde para se converterem numa questão de desenvolvimento, levando a que os Chefes de Estado e de Governo da CPLP, na Cimeira de Maputo, adoptassem uma Declaração sobre o VIH/SIDA, com um mandato preciso ao Secretariado Executivo sobre as acções a desencadear com vista a debelar os efeitos da doença no espaço comunitário[65].

Para fazer face a esse flagelo, a CPLP elaborou um projecto-piloto de apoio à luta contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e o VIH/SIDA.

Este projecto já foi apresentado na Cimeira Africana sobre VIH/SIDA, Tuberculose e DST, organizada pela UA em Abuja[66].

1.2. Acordo Geral de Cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, considerando a necessidade de promover o desenvolvimento de uma cooperação mutuamente vantajosa na base do respeito pelos princípios da igualdade soberana dos Estados, bem como a conveniência de estabelecer directrizes no âmbito da CPLP que regulamentem as relações de cooperação, de modo a reforçar o diálogo político e a solidariedade existentes, decidiram criar mecanismos que viabilizassem tal intenção.

A Declaração da Praia, adoptada na II Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, nos dias 16 e 17 de Julho de 1998, procedeu a um conjunto de medidas de formalização, fixação e afirmação progressiva da CPLP, procedendo à

---

[65] Em cumprimento daquelas directrizes, o Secretariado Executivo organizou, na sua sede, dois encontros, em Novembro de 2000 e Março de 2001, envolvendo, entre outros, os Coordenadores Nacionais da Luta contra o VIH/SIDA dos Países da CPLP. Estes encontros contaram igualmente com a colaboração de especialistas da ONUSIDA e da UNICEF, bem como convidados da UA. Como resultado desses encontros, há a assinalar a elaboração de uma proposta de Programa de Acção para o período de 2001-2003 e uma proposta de Acordo de Cooperação entre os Governos da CPLP sobre o combate ao VIH/SIDA, assinada pelos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira de Brasília em 2002.

[66] Realizou-se o III encontro de coordenadores dos estados membros sobre o HIV/sida, em Brasília Dezembro de 2001. Entre as medidas propostas destacam-se o desenvolvimento de estratégias que viabilizem a produção e a aquisição de medicamentos antiretrovirais e de preservativos pelos países Membros da CPLP, bem como aplicação de meios que garantam o acesso de todos os Estados Membros a reagentes e tecnologias para diagnóstico da infecção do VIH e outras DST.
Pode-se resumir como objectivo geral a implementação de uma política de apoio à luta contra o VIH/SIDA, além de outras doenças sexualmente transmissíveis, definidas como prioridade na Declaração dos Chefes de Estado da CPLP, de modo a obter uma ampla cobertura de acções de prevenção, atendimento e seguimento às populações que compõem a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa. (documento de projecto: 2002)

assinaturas de uma série de acordos, designadamente o Acordo Geral de Cooperação[67]. Com este passo decisivo, o Artigo 2º consagra no ponto 1 que (…) a cooperação a ser desenvolvida abrangerá os Estados membros da CPLP, bem como outros membros que venham a aderir à Organização, podendo envolver terceiros Estados ou organizações internacionais (….). (Acordo geral de cooperação: 1998)

Desde 17 de Julho de 1996, muitos foram os desafios que a CPLP enfrentou. Tais desafios, porém, permitiram-lhe fortalecer-se naquilo que é o seu espírito de missão, enquanto instrumento de abertura de diálogo e aceitação do outro, numa convivência pacífica de prosperidade e de desenvolvimento. Para a implementação dos programas e projectos de cooperação, objecto deste Acordo, foram definidos mecanismos e procedimentos a serem adoptados pelos Estados membros e os programas e projectos de cooperação deverão contar com a adesão explícita de pelo menos três Estados membros, para além do Estado proponente[68].

1.3. Regimento do Fundo Especial

A CPLP instituiu um Fundo Especial[69], o Regimento do Fundo Especial adequado ao padrão internacionalmente vigente e autorizado pelo Conselho de Ministros, reconhecendo-se a conveniência de o Fundo Especial poder receber contribuições adicionais de organismos internacionais e de entidades do sector privado e da sociedade civil em geral.

---

[67] Tem por objectivo a implementação de programas e projectos de cooperação conjuntos de interesse das artes contratantes no âmbito da CPLP, particularmente nas áreas identificadas pelo Conselho de Ministros e aprovadas pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo.

[68] Os Estados membros proponentes comprometem-se a proporcionar os meios adequados à realização dos programas e projectos, incluindo os meios financeiros, de acordo com as suas disponibilidades e mecanismos próprios, e com esta finalidade a CPLP utiliza o Fundo Especial.

[69] O Fundo Especial tem a natureza de Fundo Público, dotado de personalidade e capacidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, é constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas, nos termos do n.º 2 do Art.º 17º dos Estatutos da CPLP. O Fundo Especial é tutelado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, é dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das acções concretas levadas a cabo no quadro da CPLP.

O Fundo Especial tem como finalidade apoiar Projectos que promovam os objectivos da CPLP, em especial: a difusão e o enriquecimento da Língua Portuguesa e o seu intercâmbio com outras Línguas Nacionais; a criação intelectual e artística e o intercâmbio desportivo, educacional e cultural entre os Estados Membros da Comunidade; as diversas formas de cooperação entre os Estados Membros, nomeadamente: a concertação político-diplomática, particularmente no âmbito das Organizações Internacionais; a cooperação inter-parlamentar; a cooperação económica; a cooperação educacional e cultural; a cooperação técnica; e a cooperação científica e tecnológica; desenvolvimento sustentável dos Estados Membros, o aproveitamento económico dos recursos naturais, a distribuição equitativa da riqueza gerada e o bem-estar da população, a protecção e preservação do meio ambiente e o treinamento de recursos humanos.

A gestão do Fundo Especial é da competência do Secretário Executivo da CPLP e constituem prerrogativas do Secretário Executivo da CPLP, ou do gestor por ele nomeado, o recebimento de contribuições voluntárias, o cumprimento de obrigações assumidas e a realização de despesas em nome do Fundo.

O Fundo Especial financia um máximo de 80% dos recursos necessários para a implementação dos projectos aprovados, devendo os restantes recursos serem disponibilizados pelas entidades proponentes. Os projectos candidatos ao financiamento do Fundo Especial, serão apresentados sob a forma de proposta configurada em documento de projecto, que no seu formato preliminar constituirá a base para definição da sua relevância e mérito nos termos dos Art.ºs 3º e 7º deste Regimento. Na sua versão final, o documento de projecto[70] constituirá a base formal para efeitos de aprovação, acompanhamento e controlo pela CPLP.

O Comité de Concertação Permanente indicará anualmente um auditor independente de reconhecida competência, para examinar as contas do Fundo Especial. O acompanhamento da execução dos projectos é feito na reunião anual dos Pontos Focais de Cooperação. Após a apreciação, o Secretário Executivo submeterá ao Conselho de Ministros um relatório sobre o andamento dos projectos com o apoio do Fundo Especial em execução, sobre os resultados obtidos nesse período, bem como da execução financeira. (regimento do fundo especial:1999).

1.4. Os Pontos Focais de Cooperação

Na VII Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em 31 de Julho e 1º de Agosto de 2002, os Estatutos da organização foram revistos, tendo a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação passado a integrar os órgãos da CPLP. As suas competências foram também definidas, conforme Resolução do Conselho de Ministros.

[70] O Documento de Projecto deverá conter informações precisas que justifiquem a sua implementação, os objectivos a serem alcançados, as actividades e serem desenvolvidas, os recursos necessários, o cronograma dos trabalhos e o orçamento previsto. No sentido de orientar as entidades proponentes, existe no Secretariado Executivo, um Manual de Orientação para a Formulação de Projectos financiados pelo Fundo.
Na apreciação e aprovação de projectos e acções pontuais submetidos a financiamento do Fundo Especial, para além do enquadramento nos objectivos e sectores prioritários da CPLP, serão tidos em consideração os seguintes critérios: número de Estados Membros da CPLP que participam na implementação do projecto; prioridade para projectos de âmbito comunitário, regional e nacional por esta ordem; a relação custo/benefício apresentada pelo projecto; o efeito multiplicador dos resultados do Projecto; o reforço institucional; o grau de comparticipação das entidades executoras proponentes (contrapartida oferecida); o grau de transferência de conhecimentos e experiências de forma a dotar as entidades participantes da máxima autonomia possível no termo do projecto.
Os projectos aprovados para obtenção de apoio financeiro por parte do Fundo serão objecto de Protocolos a serem celebrados entre o Fundo Especial e os representantes das entidades executoras. Os protocolos deverão conter obrigatoriamente os objectivos dos projectos, o plano de trabalho, o orçamento e os cronogramas de desembolso.
As acções pontuais cujo valor seja inferior a 6.000 (seis mil dólares americanos) serão aprovadas pelo Secretário Executivo da CPLP, e os projectos e acções pontuais cujo valor seja igual ou superior a 6.000 (seis mil dólares americanos) serão aprovados pelo Comité de Concertação Permanente.

A principal referência para a definição das atribuições[71] da Reunião de Pontos Focais de Cooperação é o próprio estatuto da CPLP. Este órgão tem como atribuições específicas desempenhar o papel de elemento de ligação entre as instituições nacionais executoras das acções de cooperação para desenvolvimento – e a CPLP, principalmente por intermédio do Secretariado Executivo.

Portanto, para desempenhar as suas atribuições, a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação actua sobre assuntos de natureza essencialmente operacional, que vão desde o planeamento das acções de cooperação até a avaliação dos projectos e acções pontuais implementados.

1.4.1. Metodologia de Trabalho entre os Pontos Focais e o Secretariado Executivo da CPLP

A metodologia de trabalho entre os Pontos Focais e o Secretariado Executivo é norteada pelas regras e procedimentos para projectos e acções pontuais já existentes na Comunidade, bem como por estreita cooperação entre os dois órgãos, considerando a posição-chave que ocupam para operacionalização das políticas da CPLP[72]

---

[71] Ao institucionalizar a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação como órgão da Comunidade, seus estatutos atribuem-lhe a competência de "... assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento ...".(Estatutos da CPLP: 2002) As iniciativas neste campo são concretizadas principalmente por meio de programas, projectos e actividades, que constituem o elo entre as políticas da CPLP e os almejados benefícios concretos para os Estados membros.
As atribuições específicas da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, apresentadas neste documento, enquadram-se nesse marco conceptual de sua contribuição para a operacionalização das acções a serem desenvolvidas no âmbito da CPLP. Neste sentido, é considerado, também, o trabalho de mobilização das instituições nacionais desenvolvido pelos Pontos Focais, visando engaja-las nos programas e projectos da CPLP, e de manutenção do fluxo de informação entre as instituições nacionais e o Secretariado Executivo.
À luz dessas considerações, são as seguintes as atribuições específicas da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação: Apoiar a elaboração de documentos orientadores das acções operacionais da CPLP, analisá-los na sua forma final e recomendá-los ao Conselho de Ministros/CCP. Cada Ponto Focal deverá, portanto, interagir com as instituições técnicas nacionais que participarão dos trabalhos, orientar os participantes na execução das tarefas, analisar os documentos elaborados, sugerir alterações e/ou fazer recomendações para seu aperfeiçoamento e elaborar pareceres sobre o trabalho na sua forma final.
Analisar propostas de projectos e acções pontuais e elaborar pareceres para decisão do Conselho de Ministros/ Comité de Concertação Permanente, com recomendações específicas para sua adequação. Portanto, cada Ponto Focal deverá manifestar-se sobre as proposições por meio de parecer técnico, a ser discutido na Reunião dos Pontos Focais de Cooperação. A Reunião de Pontos Focais, por sua vez, elaborará uma recomendação final. (Documento de atribuições da reunião de pontos focais de cooperação e metodologia de trabalho com o secretariado executivo: 2003)

[72] A realização de duas reuniões ordinárias anuais dos Pontos Focais, uma na segunda semana de Fevereiro e a outra na segunda semana de Julho, condicionada esta última pelo calendário das Reuniões de Conselho de Ministros e da Conferência dos Chefes de Estado. Da agenda dessas reuniões devem fazer parte, necessariamente, a análise e recomendações sobre todas as propostas de projectos e de acções pontuais em carteira na CPLP, protocoladas na sua sede com antecedência mínima de 45 dias da data de reunião de Pontos Focais de Cooperação.
O Secretariado Executivo enviará cópia das propostas de projectos e de acções pontuais constantes da agenda da Reunião para os Pontos Focais até 1 mês antes da data da reunião. Sugestões de temas para inclusão na agenda das reuniões dos Pontos Focais devem ser encaminhadas ao Secretariado Executivo com antecedência mínima de sessenta dias da data de sua realização.
Todas as reuniões dos Pontos Focais de Cooperação serão secretariadas por representante do Secretariado Executivo, que se encarregará de registrar os principais comentários sobre as propostas de projectos e acções pontuais analisadas, ou sobre assuntos correlatos, e sobre as conclusões e recomendações aprovadas pelos Pontos Focais. As actas

1.5. Plano Indicativo de Utilização do Fundo Especial

O "Plano Indicativo de Utilização do Fundo Especial"[73], foi criado e adoptado a partir da reunião de Maputo, passou a servir como instrumento específico das acções de cooperação no quadro da CPLP. È um documento, que reflecte o grau de implementação e ou execução física e financeira, dos projectos aprovados nas várias reuniões de Pontos Focais de Cooperação.

A actuação do Secretariado Executivo, em conformidade com o Artigo 6º do Regimento do Fundo Especial, tem assegurado impacto lento, mas positivo, no sentido de desenvolver e reforçar a capacidade nacional necessária para a apresentação, elaboração e análise de projectos submetidos ao Fundo Especial da CPLP.

No entanto, o que acontece é que tem existido uma certa apatia, na apresentação de projectos por parte dos Estados membros. Esta acção fica confinada a dois Estados que são Portugal e Brasil, os quais, ao apresentarem os seus projectos, mesmo sendo em benefício da Comunidade, fazem a contribuição financeira ao Fundo Especial para execução dos projectos.

Os Estados membros deveriam o ser incentivados a apresentarem projectos para financiamento através do Fundo Especial, independentemente da sua condição e capacidade para financiar ou não o projecto.

A prioridade absoluta é dada à vertente da Cooperação, tendo em vista os diversos cursos de formação e capacitação e acções pontuais realizados ao longo destes 10 anos de existência da organização.

A quase a totalidade dos recursos do Fundo Especial têm afectação directa a projectos específicos ou encontram-se consignados aos mesmos. Logo, os Fundos não cativos não permitem, pela sua exiguidade, dar resposta a imensas solicitações, quer dos Estados membros quer da sociedade civil.

---

elaboradas serão analisadas e aprovadas pelos Pontos Focais ainda durante sua reunião. Os pareceres técnicos dos Pontos Focais, relativos às propostas de projecto, deverão ser elaborados segundo roteiro padronizado aprovado pela CPLP. As propostas de projectos e de acções pontuais serão discutidas e aprovadas nas reuniões dos Pontos Focais de Cooperação, tendo em consideração os respectivos pareceres técnicos.

[73] Do Plano Indicativo de Utilização do Fundo Especial constam os projectos em execução, a sua codificação de acordo com a data da sua aprovação, o valor estimado do projecto, valor despendido, valor consignado, o saldo actual e o seu grau de implementação. Este balanço é feito duas vezes por ano. Uma no inicio do ano e outra no mês de Julho altura em que se realizam as grandes Reuniões da CPLP (Conferencia de Chefes de Estado e ou Conselho de Ministros).

1.6. Reuniões Ministeriais Sectoriais

Desde a criação da CPLP, em 1996, ocorreram inúmeros encontros e reuniões sectoriais tanto a nível de Ministros, como a nível técnico, que permitiram identificar múltiplas formas de cooperação em domínios diversos tais como justiça, agricultura, cultura, educação, juventude, parlamentos, estatísticas, defesa, trabalho, correios e telecomunicações, agricultura e bancos centrais, género, assuntos sociais, conservação e áreas protegidas, ciência e tecnologia, reunião dos presidentes e directores – gerais de estatística da CPLP, medicina militar, pescas, ambiente, desporto, imprensas oficias, instituições supremas de controle dos países da CPLP e outras. Todos estes encontros têm o objectivo fundamental de promover o intercâmbio entre as diversas instituições responsáveis pelas diversas áreas nos Estados membros, focar os aspectos relativos à cooperação, gestão, administração e financiamento e criar, desta forma, uma nova dinâmica no desenvolvimento das áreas em causa, à luz das agendas e estratégias de desenvolvimento sustentável regional e nacional. (Estatutos da CPLP: 2002)

O Secretariado Executivo não tem o registo de todas as reuniões sectoriais (quer a nível de Ministros, que a nível técnico), que ocorrem o sobre a égide da CPLP, ou seja com a participação dos oito Estados membros. Tampouco dispõe em muitos casos de informações sobre o sem número de encontros e reuniões organizadas pela sociedade civil, também com a "marca" da CPLP. O Secretariado Executivo tampouco participa na preparação de todas estas reuniões e, em geral não faz o acompanhamento das decisões aprovadas neste órgão da CPLP. Actualmente o Secretariado Executivo tem a função de depositário dos documentos aprovados nas diferentes reuniões, cabendo aos próprios sectores a criação de um secretariado técnico sectorial para executar as decisões saídas destes encontros.

Entretanto, pelo grande número de reuniões ministeriais sectoriais que se realizam, as reuniões ministeriais passaram a ser um órgão da CPLP e são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais dos Estados membros[74].

[74] Compete às reuniões ministeriais coordenar, em nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais. Estado membro anfitrião promoverá o depósito, junto do Secretariado Executivo dos documentos aprovados nas reuniões ministeriais, que deles dará conhecimento ao CCP. Observa-se que Secretariado Executivo não está suficientemente dotado de recursos humanos para fazer face a esta grande demanda de reuniões ministeriais sectoriais. Assim sendo, o Comité de Concertação Permanente deve reflectir sobre os recursos humanos disponíveis no Secretariado Executivo, por forma a promover maior convergência entre as acções no âmbito da CPLP.

2. Cooperação com os Organismos Internacionais

A Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada em Lisboa a 17 de Julho de 1996, particulariza as questões referentes aos três pilares, designadamente, no que concerne as questões de cooperação, incentiva o alargamento da cooperação entre os seus Estados na área da concertação político-diplomática, particularmente no âmbito das organizações internacionais, de maneira a dar forma e expressão crescente aos interesses e necessidades comuns no seio da comunidade internacional.

Ao estabelecer laços de cooperação com organizações internacionais e países doadores, a CPLP procura inserir-se cada vez mais num contexto de uma sociedade pluralista e globalizante, participando e contribuindo com a sua especificidade para o progresso político, económico, social da humanidade. Luís Fonseca afirma que "(….) *face a um mundo instável, cujas regras perderam o sentido da previsibilidade e da segurança, um mundo cujo controlo nos escapa cada vez mais, e por isso mesmo se nos afigura ameaçador há que investir em mecanismos que promovam a solidariedade e a complementaridade, designadamente através da cooperação internacional, unindo esforços e vontades, no sentido de criar sinergias para que todos os povos possam alcançar patamares aceitáveis de dignidade humana*". (Fonseca: 2005)[75].

No âmbito deste grande propósito orientador e globalizante, solicitado pelos Chefes de Estado e de Governo, salientam-se os acordos de cooperação alcançados pelo Secretariado Executivo nomeadamente os protocolos estabelecidos com as seguintes Organizações**:**

A Organização das Nações Unidas: depois da obtenção do estatuto de observador e, no quadro do desenvolvimento de uma estratégia de afirmação da CPLP nas Nações Unidas, foi adoptada no Plenário da 59ª Sessão da Assembleia Geral da ONU a Resolução L 14 sobre a cooperação entre as Nações Unidas e a CPLP, relativa à promoção da cooperação entre os Secretariados das duas Organizações bem como o reforço da coordenação, apelando às agências especializadas e outros órgãos das Nações Unidas que cooperem com as duas organizações para se atingir esse fim.

---

[75] Discurso do Embaixador Luis Fonseca, Secretário Executivo da CPL, na apresentação do relatório do conselho de Ministros 2005. Luanda.

A CPLP assinou acordos de cooperação com:

- a Organização Internacional das Migrações (OIM) em 05 de Dezembro de 1997[76];

- a Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO) em 21 Setembro de 1999[77];

- a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) em 13 de Janeiro de 2000[78];

- a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO), em 31 de Outubro de 2000[79];

- a União Latina, em 13 de Dezembro de 2000[80];

- o Programa Comum das Nações Unidas sobre HIV/SIDA (ONUSIDA, em 19 de Setembro de 2001[81];

- a Organização Internacional de Trabalho (OIT), em Novembro de 2004[82].

---

[76] Destinado a promover a cooperação no domínio da formulação e/ou execução de projectos de interesse comum e, em particular, naquelas actividades destinada a fortalecer a coordenação e a cooperação no que se refere às políticas migratórias dos Estados membros da CPLP e a procura de soluções para os problemas que enfrentam as comunidades de migrantes.

[77] Destinada ao incremento de acções pragmáticas das áreas cultural, social, educativa e de investigação, de saúde, de ecologia, de recursos humanos, comunicação e de assuntos económicos e financeiros.

[78] Destinado, entre outros, à troca de informação e de documentação, formação na área do comércio internacional, promoção do investimento, diversificação e gestão de recursos naturais, marketing de produtos e gestão de riscos, modernização das alfândegas, desenvolvimento empresarial e assistência na preparação, participação em negociações sobre o comércio e actualização dos conhecimentos dos quadros nacionais sobre as técnicas das negociações multilaterais de comércio.

[79] Destinado entre outros, a promover a cooperação nos domínios da educação, ciências exactas e naturais, ciências sociais, protecção do meio ambiente, cultura, comunicação, informação, democracia e paz. Este acordo, visa ainda permitir a participação de ambas as partes, na qualidade de observador, em reuniões de interesse comum, organizadas, quer pela CPLP, quer pela UNESCO, a execução de actividades e projectos conjuntos, a trocas de informações e documentos.

[80] Com o objectivo de incrementar o intercâmbio cultural, o aprofundamento da cooperação no domínio universitário, formação profissional, investigação científica e ecológica e a troca regular de informações e documentos.

[81] Neste instrumento a CPLP concorda, entre outros, em funcionar como centro colaborador da ONUSIDA, por um período fixo de três anos, designar um quadro ou ponto focal para o centro, desenvolver e fomentar as capacidades das redes existentes nos países de língua portuguesa comprometidos no combate ao HIV/SIDA, participar nos encontros patrocinados pela ONUSIDA e organizar encontros em nome da ONUSIDA e patrocinados pela ONUSIDA e a CPLP, mobilizar o apoio para o desenvolvimento de infra-estruturas de aprendizagem à distância para o intercâmbio de experiências no tratamento de HIV/SIDA e outras questões de desenvolvimento, proporcionar um breve relatório anual sobre as actividades implementadas no âmbito desta colaboração e aderir às normas e regulamentos do Centros Colaboradores da ONUSIDA. Por seu lado, a ONUSIDA concorda, entre outros, em contribuir para o aprovisionamento de suporte técnico no desenvolvimento de redes técnicas dentro dos Países de Língua Portuguesa e facilitar o intercâmbio de experiências entre os Países de Língua Portuguesa e os outros países.

[82] Neste contexto, já foi elaborado um protocolo com vista ao desenvolvimento de programas conjuntos em áreas como o diálogo social e o emprego, entre outras, cuja assinatura está prevista para breve.

De salientar que o Secretariado Executivo solicitou ao Director Geral da OIT que seja concedida à CPLP o estatuto de observador nas sessões da Conferência Internacional do Trabalho e do Conselho de Administração, aguardando-se sua reacção.

De realçar ainda o facto da língua portuguesa estar a ser utilizada nas Conferências Internacionais do Trabalho da OIT, nomeadamente em duas das quatro comissões normativas (Pescas e Aplicação de Normas) e o incremento de publicações de traduções para a língua portuguesa de obras de referência do BIT, o que vem testemunhar a afirmação da língua portuguesa nas actividades da OIT.

Em conformidade com um dos princípios orientadores da organização no sentido da consolidação da sua projecção internacional, têm sido estabelecidas e perspectivadas relações privilegiadas com as organizações regionais onde os países de língua portuguesa se inserem, igualmente na busca de parcerias. Neste sentido destacam-se: assinatura de acordos com outros organismos como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUR); a Organização Mundial de Comércio (OMC); a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Decidiu-se atribuir o estatuto de Observador à CPLP, habilitando-a a português das reuniões das Assembleia dos Estados

Apesar do grande número de acordos assinados, verifica-se que o volume de trabalho conjunto, na execução das actividades constantes dos acordos é muito reduzido ou quase inexistente, já que não se foi além da mera assinatura dos acordos.

3.Cooperação com a Sociedade Civil

A cooperação no âmbito da CPLP não se limita à cooperação com organizações internacionais e Estados membros. È preciso também integrar as organizações não-governamentais (ONG's), associações, federações e outras instituições a fins.

As ONG's têm ao longo dos anos desenvolvido um trabalho globalmente meritório no combate aos flagelos humanos e sociais que afectam as sociedades africanas. Estas organizações desenvolvem trabalho no terreno, em contacto directo com as populações e possuindo um estreito conhecimento das suas necessidades. Têm ainda a vantagem de serem independentes de qualquer poder político e económico, o que poderia gerar desconfianças. Entre os exemplos de ONG's bem sucedidas registam-se os da Cruz Vermelha, dos Médicos Sem Fronteiras, da Amnistia Internacional, Rotary Internacional etc. (Plataforma das ONGD: 2003)

O Secretariado Executivo tem vindo a desenvolver um trabalho de cooperação com a sociedade civil nas mais diversas áreas de actuação, quer com Instituições pertencentes à CPLP quer com organizações não-governamentais, associações dos vários Estados membros e empresas do sector privado em geral. Sendo uma organização inter-governamental, a CPLP tem privilegiado relações com instituições públicas, o que normalmente desemboca na cooperação oficial, em detrimento de iniciativas privadas. A sensível mudança de direcção imprimida pelo Secretariado Executivo no sentido de um maior envolvimento da CPLP em iniciativas privadas encontra suporte nas decisões da Cimeira de Maputo conseguindo desta forma superar a crítica segundo a qual as organizações internacionais não estão perto dos seus povos e não conhecem as suas

---

membros da OMPI, representando outra ocasião de maior significado para os países de expressão portuguesa; o Programa Alimentar Mundial (PAM): o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura (FAO), possibilidade de se realizar um Projecto da FAO sobre a “Capacitação dos Países da CPLP em Direitos de uso e aproveitamento de terras, planeamento agrícola e gestão agrária”, mediante manifestação de vontade dos Estados Membros; Mercosul visando, no geral, promover a expansão do comércio e estabelecer as condições e mecanismos para negociar uma Área de Livre Comércio, em conformidade com as regras e disciplinas da Organização Mundial do Comércio; a CEDEAO e a UEMOA.

dificuldades. São de salientar os acordos de cooperação alcançados pelo Secretariado Executivo nomeadamente os protocolos estabelecidos com as várias Organizações.[83]

A Criação de grupos da CPLP, nas capitais dos Estados membros, assim como nas sedes das organizações internacionais, integrando representantes dos Estados membro, facilitará o acompanhamento mais directo das iniciativas e eventos realizados no âmbito nacional e internacional, para além de abrir novos canais de comunicação e informação.

4.Conclusão

Os recursos afectados têm sido utilizados para os fins destinados, ao mesmo tempo que a estrutura de funcionamento tem procurado adequar-se aos grandes desafios e demandas, quer a nível dos Estados membros, quer a nível do Secretariado Executivo, tendo em vista a institucionalização da reunião dos pontos focais como órgão da CPLP, o que vem ao encontro dos interesses reais dos Estados membros.

A actuação política conjunta dos representantes dos Estados membros tem evidenciado que, além de solidariedade política e das parcerias técnicas e transferência de tecnologia e capacitação técnica, será possível a captação de recursos para a realização, em cooperação, de projectos que atendam às necessidades mais urgentes de povos da CPLP, em fontes que normalmente não investiriam em cooperação apenas bilateral. Os países da Comunidade que têm sido os doadores, sobretudo Brasil e Portugal, poderiam ver seus recursos melhor utilizados se houver a contribuição de outras fontes, tais como das organizações internacionais.

Os projectos ficariam assim menos submetidos aos recursos materiais intra-comunitários e os recursos humanos e tecnológicos poderiam ser melhor utilizados.
Finalmente, os projectos não ficam apenas condicionados aos recursos passíveis de disponibilização, podendo ser planeados segundo as necessidades e seu potencial de eficiência. O Secretariado deverá acompanhar a execução e monitorar os resultados.
È uma convicção de que a CPLP é um dos melhores instrumentos que os nossos países dispõem para se inserirem de forma adequada neste complexo mundo actual. Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e

[83] Associação das Universidades de Língua Portuguesa -AULP, Fundação Moçambicana para o desenvolvimento, associação de mulheres empresárias da CPLP, Fundação Luso- Brasileira , Pastoral da criança, Instituto de Investigação Científica Tropical, Open City International Fundation, Universidade Lusófona e Humanidades, rádio renascença

Timor-Leste são países livres e autónomos, que definem internamente as suas estratégias nacionais face aos desafios de um mundo globalizado e assimétrico. Todavia, cada um deles tomado individualmente, sabe que não está só e que pode contar sempre com o apoio dos seus parceiros da CPLP para avançar em direcção a um futuro mais livre e próspero.

Não será de mais, referir que o aprofundamento da cooperação empresarial no espaço lusófono, como elemento decisivo para o estabelecimento de uma rede global de negócios, aproveitando a língua comum como um dos meios da CPLP para conseguir a sua afirmação e desenvolvimento.

O desafio do desenvolvimento do mundo lusófono reside em transpor o respectivo bem comum nacional para os valores da pertença lusófona e do bem comum global.

CAPITULO V – UM EXEMPLO: O CASO DE ANGOLA

Este capítulo pretende apenas abrir o caminho a uma reflexão sobre o papel que a CPLP poderá desempenhar no favorecimento do desenvolvimento angolano.

1. Breve Caracterização e Contextualização

Angola, o quinto maior país da África Subsahariana com uma área total: 1.246.700 Km^2, fica situada na costa ocidental do continente africano, entre a Namíbia e o República Democrática do Congo, fazendo ainda fronteira com a República do Congo e a Zâmbia.

Em termos populacionais, as estimativas dos últimos anos indicam, que a população do país atinge cerca de 12 milhões de habitantes[84], sendo a idade média total da população de 18,2 anos (um valor que é igual para homens e mulheres). Infelizmente, as estatísticas confirmam que a esperança de vida ao nascer permanece nos 40,8 anos (valor válido para ambos os sexos), abaixo da maioria dos países em vias de desenvolvimento, e a taxa de mortalidade infantil permanece muito elevada (193,82

[84] FMI (2005ª), *Estatísticas financeiras internacionais*, Agosto de 2005,Washington, D.C.
Desde 1970 não houve censo populacional em Angola. A CIA World Factbook aponta uma estimativa de 11,2 milhões de habitantes em Julho de 2005.

mortes/ 1000 nascimentos). Angola está quase no fundo da lista do Índice de Desenvolvimento Humano, ocupando o lugar 160 num total de 177. (PNUD: 2005)

A economia de Angola é hoje uma economia desestruturada, em grande parte fruto de trinta anos de guerra quase permanente. Mesmo desde a paz conseguida em 2002, as consequências do conflito permanecem questões centrais para o desenvolvimento do País – exemplo claro disso é o das minas pessoais espalhadas pelo território. A agricultura de subsistência permanece a principal actividade produtiva e, apesar disso, grande parte dos recursos alimentares são importados. Mesmo as principais estruturas produtivas para exportação, onde avultava a cultura do café (nos anos 70 chegou a ser um dos quatro maiores produtores a nível mundial) foi bastante afectada após a proclamação da independência, não obstante naquela altura a produção de petróleo ter atingido índices consideráveis de produção (iniciada na década de 60 e atingindo os 144 mil barris/dia em 1973). Na agricultura por exemplo, Angola passou rapidamente de uma situação de balança alimentar tradicionalmente excedentária para uma situação de grande dependência da importação de bens alimentares e da ajuda externa.

Na explicação desta evolução negativa destacam-se dois factores centrais: o primeiro, antes da Independência, a Guerra Colonial e, em seguida a descolonização, que provocou o êxodo massivo dos colonos, com perda da quase totalidade da mão-de-obra especializada e dos quadros técnicos; o segundo foi o deflagrar da guerra civil, que impediu o normal desenrolar das actividades económicas, provocando a destruição de infra-estruturas, generalização da insegurança entre as pessoas com o consequente o deslocamento em massa das populações rurais para os centros urbanos, agravando ainda mais a escassez de recursos humanos, desviando para os exércitos em confronto não só técnicos qualificados, mas também grande número de homens em idade activa.

Durante os anos 70 e 80, Angola foi mais um dos Estados Africanos onde se "jogou" a balança de poderes da Guerra-fria: de um lado a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), indirectamente apoiada pelos EUA e, do outro lado, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), de matriz "comunista". Neste jogo, têm-se considerado que os recursos naturais, que permitiram o financiamento continuado do conflito, estavam divididos: o petróleo financiava o lado governamental do MPLA, que controlava as concessões e condições da sua exploração; os diamantes, que necessitam de um investimento de capital menor na exploração, davam meios financeiros à UNITA. (Malaquias: 2001).

A partir de 1989, a alteração da "Ordem Mundial" torna maior a pressão internacional pela resolução do conflito interno: em 1991, os Acordos de Bicesse estabelecem as eleições de 1992, efectuadas, mas goradas pela recusa da UNITA em aceitar a derrota eleitoral, que teve como consequência o seu regresso à luta armada.

Procurando limitar as possibilidades de manutenção do exército rebelde, como meio de pôr fim ao conflito, em 1993 o Conselho de Segurança da ONU declara um embargo de armas à UNITA. (ONU: 1993). Em 1994, o Protocolo de Lusaka anuncia uma nova esperança: baseado nos Acordos de Bicesse, mas supervisionado pela Organização das Nações Unidas (ONU), desta vez com a presença de cerca de 7000 capacetes azuis. No entanto, o protocolo falhou devido à recusa das partes beligerantes em cumprir alguns dos seus aspectos fundamentais, com destaque para a questão do desarmamento.

Em 1997, a ONU impõe restrições de viagens aos elementos da UNITA e em 1998 estabelece sanções à comercialização de diamantes e aos activos financeiros. (ONU:1997). Condicionada a sua acção e com o acesso limitado às receitas, a UNITA retoma as técnicas de guerrilha, dependendo menos de artilharia pesada e lançando-se em tácticas de terror e pilhagem dos recursos da população. Em 1998, as duas partes reiniciam a guerra em força, numa constante violação, por ambas as partes, dos direitos humanos mais básicos das populações, incluindo recrutamento forçado de menores, pilhagem e coacção física e psicológica. (OXFAM:2001)[85].

Além dos principais recursos naturais, petróleo e diamantes, explorados durante o conflito, Angola é também rica em outros recursos naturais como ouro, florestas vastas e uma extensão considerável de costa pesqueira atlântica. A abundância e variedade de recursos naturais, conferem-lhe um elevado potencial de desenvolvimento, apesar da prolongada situação de guerra, que impediu o seu desenvolvimento normal.
No Plano da economia, destacam-se sobretudo as actividades relacionadas com a exploração do petróleo: estas constituem 62% do PIB e mais de metade das exportações. Além do petróleo e dos diamantes, o país dispõe, nomeadamente, de produtos petrolíferos refinados, gás, café, sal marinho, peixe e derivados, madeira e algodão,[86] etc.

[85] OXFAM é uma organização não governamental da Grã Bretanha, fundada em 1942, cuja missão é trabalhar com outros agentes para o combate a pobreza e sofrimento das populações.

[86] Angola – Comunidade Europeia ; *Documento de Estratégia e Programa Indicativo Nacional para o período 2002-2007*.(2001)

1.1. Situação Geográfica

Angola tem 60% do território ocupado com planaltos de 1000 a 2000 m, com uma densa e extensa rede hidrográfica. Tem um clima tropical com duas estações: cacimbo (seca) de Maio a Setembro e estação das chuvas (mais quente) de Setembro a Maio. As temperaturas variam entre 27ºC (máximas) e 17º (mínimas).

1.2. Situação Politica

Os dois acordos de paz anteriores, o de Bicesse em 1991, que conduziu à realização das primeiras eleições em Setembro de 1992, e o de Lusaka em 1994, puseram em marcha um lento processo de paz que testemunhou a nomeação, em Abril de 1997, de um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), em que estavam representados membros da Unita eleitos em 1992. No entanto, o processo de Lusaka foi interrompido quando a Unita faltou ao cumprimento das obrigações constantes do Protocolo, recusando-se, em especial, a permitir que a administração do Estado vigorasse em determinadas zonas que se encontravam sob o seu controlo. A guerra civil recomeçou em finais de 1998, transformando-se em guerrilha a partir de 1999, data a partir da qual deixou de ser seguro o acesso a vastas zonas do interior do território. (Estratégia do Governo: 2001)

Todavia, desde o fim de Fevereiro de 2002, o panorama político e militar transformou-se radicalmente. O cessar-fogo manteve-se, e embora houvesse ainda muita coisa a fazer para estabilizar o processo de paz. As primeiras medidas tomadas pelo governo em termos de aquartelamento dos soldados da Unita e a reunião das respectivas famílias, ficaram concluídas até ao fim de Julho de 2002.

Quanto à situação politica (de guerra) que Angola viveu, a CPLP esteve sempre atenta e de alguma forma envolvida nesse conflito.

1.3.Situação Económica e Social

Situação económica

Ao longo da última década, a economia de Angola tem-se caracterizado por uma grande instabilidade, com uma taxa média de crescimento de 0,37%, o que é muito pouco considerando os elevados níveis de pobreza os baixos níveis de desenvolvimento

humano, a elevada taxa de crescimento demográfico bem como a fraca capacidade da economia não ligada ao petróleo. O valor médio do PIB per capita era de 602 dólares, com valores máximos em 1990 e 1991 e os pontos mais baixos em 1994 e 1999. Em 2000, o rendimento per capita foi apenas de 607 dólares. O sector petrolífero registou um crescimento médio anual de 4,6%, enquanto os sectores da energia, da água e do comércio apresentaram uma taxa de crescimento favorável. (Estratégia do Governo: 2001).

A agricultura foi fortemente atingida pelos efeitos da guerra, com o correspondente colapso dos sistemas de produção tradicionais, não existindo simultaneamente condições para reiniciar de imediato e de forma sustentável, actividades agrícolas em larga escala. Neste sector a actividade económica sofreu uma redução média de cerca de 4,74% ao ano. (Estratégia do Governo:2001).

A estrutura económica encontra-se extremamente desarticulada. As indústrias extractivas, sobretudo do petróleo, representam, em média quase 62% do PIB ao longo de toda a década, em comparação com os 9,4% da agricultura, os 4,75% da indústria transformadora e os 1,8% das pescas. O Comércio e os serviços não mercantis foram responsáveis pela criação de 21% da riqueza interna, na maior parte decorrente das actividades do sector da construção. (Estratégia do Governo:2001).

O efeito multiplicador do crescimento do sector do petróleo é limitado, dado que esse sector não está ligado ao resto da economia nem em termos de relações intersectoriais nem de emprego. Este é um dos grandes dramas de Angola a nível económico. Devido à guerra, a economia que tinha por base as actividades tradicionais praticamente desapareceu, sendo substituída por uma economia baseada no capital, que oferece poucas oportunidades de emprego (e de rendimentos) à vasta maioria da população. Esta mutação radical da especialização económica está na origem do grande agravamento da situação de pobreza da maior parte da população e de um acentuado desequilíbrio social. Esta mutação devastadora vai exigir um esforço em todas as áreas políticas e sociais do país no sentido do investimento em sectores onde seja possível criar postos de trabalho e que estimulem uma economia não ligada ao petróleo. No entanto, o ambiente geral, ainda deficiente para o desenvolvimento de actividades do sector privado (administrativas, jurídicas e comerciais), é prejudicial à criação de actividades económicas mais diversificadas e à possibilidades de criação de postos de trabalho. (Estratégia do Governo:2001).

As discrepâncias sectoriais tornam-se sobretudo óbvias se olharmos para as exportações, onde durante toda a década, os produtos do petróleo representaram em média quase 90% do total, ou seja 62% do PIB. Em 2000 registou-se pela primeira vez um excedente da balança de pagamentos de 637 milhões de dólares, com as exportações de petróleo a totalizarem 7119,6 mil milhões de dólares e as outras exportações principalmente diamantes – a atingirem 766,7 milhões de dólares. (Estratégia do Governo:2001).

A inflação foi elevadíssima (977% em média ao longo da década de noventa), mas essa hiper-inflação passou a ser controlada a partir de 1997 (houve um decréscimo para 268% em 2000 e para 116% em 2001). (Estratégia do Governo:2001).

A despesa pública representa mais de 50% do PIB, variando entre os 40% e os 59% durante o período de 1995 a 2000. Estes valores foram sempre excessivamente elevados, mesmo em comparação com outros países da Africa Subsariana, e tiveram como resultado o efeito evicção (“crowding out”) do investimento privado e a deterioração da competitividade económica. Paralelamente, os níveis de tributação subiram de 30% em 1995 para 56% em 2000, um nível muito superior à média de 16% que predomina na África Subsariana. (Estratégia do Governo:2001). Isto reflecte os esforços do Governo para melhorar o sistema fiscal, mas gerou uma forte dependência dos rendimentos do petróleo, que, como habitualmente, representaram cerca de 90% da receita fiscal entre 1995 e 2000. Atendendo a que a receita fiscal que depende do preço do petróleo nos mercados internacionais é particularmente volátil e a que o Estado não tem nenhuma outra receita significativa, a gestão da despesa pública pode ser profundamente afectada pelas flutuações do preço do petróleo. (Estratégia do Governo:2001).

Em 2001, a dívida externa de Angola, foi estimada em cerca de 11 biliões de dólares. Isto significa 1,5 vezes mais que o PIB e cerca de 2 vezes mais que o nível de exportações do país, cobertura que em 1994 representava 342%. Quer dizer que praticamente cada angolano incluindo bebés, mutilados e outros grupos desfavorecidos devem ao exterior 1.000 US$. O serviço da dívida ascende a cerca de 1 milhão e duzentos mil dólares, cerca de 30% do OGE e corresponde a 100 US$ per capita, ou seja, metade do salário de um técnico superior da Função Pública. Cerca de 10% da dívida corresponde a "Juros com atrasados", o que indicia o facto de uma grande parte da dívida corresponder a compromissos sem contrapartida real. Em 1994 o serviço da

dívida representou 56% do volume de exportações, valor que baixou para 24% em 1998. (Cerqueira: 2002)

A maior parte da dívida de Angola é bilateral e contraída junto de operadores privados. Cerca de 40% da dívida pertence ao sector público estatal. A sua origem corresponde essencialmente a despesas militares, a investimentos e a despesas operacionais petrolíferas, a investimentos mal concebidos como a barragem hidroeléctrica de Kapanda, o Mausoléu de Agostinho Neto, a importação alimentar e a recapitalização de atrasados. Uma parte da dívida petrolífera é na realidade de carácter militar. (Cerqueira: 2002)

Até meados dos anos 80, a dívida externa de Angola (menos de 3 biliões de dólares americanos) não tinha uma dimensão preocupante, quando o preço do barril de petróleo veio a experimentar uma importante queda. Em 1994, entretanto, a dívida ascendeu a 11 biliões de dólares americanos e nos anos seguintes até 1999 (estimativa) ela teve a seguinte evolução: 11,7 em 1995; 8,5 em 1996; 8,6 em 1997; 8,8 em 1998 e 9,6 biliões em 1999. A quebra deve-se ao facto dum eventual "perdão" não assumido oficialmente de parte da dívida militar à Rússia. No que diz respeito ao serviço da dívida, em 1998, este correspondia a 37% dos rendimentos do petróleo, ou seja mais 18% do que em 1996. Se Angola pagasse a dívida total, isto é se não acumulasse os atrasos, o serviço da dívida elevar-se-ia a 62% dos rendimentos do petróleo em 1999. Neste ano se o preço do petróleo tivesse permanecido em 11 US$ o barril, o FMI estimava que o serviço da dívida teria absorvido quase metade dos rendimentos do petróleo[87]. Quer os juros atrasados, quer o serviço da dívida são sempre crescentes desde 1994, com excepção do ano de 1999.

Do ponto de vista dos défices orçamentais, houve melhoria da gestão das finanças públicas resultante das modificações em matéria de controlo, tributação, reformas processuais e diversificação da matéria colectável. O défice orçamental foi de 28,7% do PIB em 1995, diminuindo para 1,9% em 2000.

Em relação à situação económica, a CPLP tem vindo a proporcionar através do Fórum empresarial da CPLP, encontros para intercâmbio de negócios entre empresários angolanos e empresários dos demais Estados membros. A primeira presidência do Conselho Empresarial esteve a cargo de Angola. È neste país onde está instalado o

[87] Relatório do Desenvolvimento Humano 2000, PNUD

Centro Regional de Desenvolvimento Empresarial da CPLP, vocacionado para a formação de angolanos e nacionais de outros estados membros na área empresarial.

Situação social

Em 1995-96, antes mesmo da última fase do conflito, as estimativas do PNUD revelavam que 78% da população das zonas rurais vivia abaixo do limiar da pobreza. As estatísticas governamentais para 2000/2001 revelaram que 63% da população das zonas urbanas, as menos afectadas pela guerra, viviam em situação de pobreza, dos quais 24,7% em situação de pobreza absoluta (menos de 60 cêntimos do dólar per capita por dia). (PNUD: 1996)

O fluxo de deslocados das zonas rurais para as urbanas e para a periferia das cidades aumentou de forma dramática à procura de oportunidades de actividades geradoras de rendimento, oportunidades essas que, de qualquer modo, são sobretudo informais, não correspondendo a um aumento da oferta. Isso significa, necessariamente, um agravamento dos níveis de pobreza de quem já vivia nessas zonas. Uma elevadíssima percentagem da população (pelo menos 30,7% dos que foram atrás referidos) vê-se, pelo menos temporariamente, privada do acesso ao emprego, ou mesmo da possibilidade de exercer actividades de subsistência. Uma grande parte da população continua a depender da ajuda externa, e poderá continuar nessa situação até que haja uma reinserção da população em grande escala. Esta questão do acesso a actividades geradoras de rendimento para centenas de milhares de agregados familiares muitos deles chefiados por mulheres é um dos principais desafios com que Angola se confronta, embora se preveja que a estratégia de combate à pobreza irá identificar mecanismos e politicas para tratar deste problema. (Estratégia do Governo:2001).

Outro aspecto importante da pobreza é o acesso a serviços sociais. Atendendo à gravidade dos efeitos da guerra, especialmente em zonas que foram palco de violentos conflitos, o restabelecimento desses serviços tem de ser gradual, vai exigir financiamentos consideráveis e tem de ir a par do reforço da capacidade institucional. A pobreza também tem a ver com a distribuição da riqueza. Os dados disponíveis indicam um aumento da desigualdade social devido à elevada inflação, ao desemprego, ao sub-emprego e à permanente vulnerabilidade causada pela guerra e pela criminalidade. Um estudo do PNUD de 1998 revelou que 10% das famílias mais ricas detinham 45% do rendimento total das famílias, enquanto 50% das mais pobres detinham apenas 14%[88].

[88] Ministério do Planeamento da República de Angola. Angola – Comunidade Europeia. *Documento de Estratégia e Programa Indicativo Nacional para o Período 2002-2007*. p15 (2001)

Entre 1995 e 1998 o rendimento dos mais ricos aumentou 43% enquanto o dos mais pobres diminuiu 55%. As mulheres, muitas delas viúvas, são as mais afectadas pela pobreza e pelo círculo vicioso da reprodução e da exclusão social. As difíceis condições em que se encontram as crianças, muitas delas órfãs, e dos deficientes, vêm agravar a situação. (PNUD: 1988).

A insegurança alimentar é crítica e vai continuar a ser, mesmo agora que o conflito terminou. Ao longo dos dois últimos anos, cerca de milhão e meio de pessoas estiveram dependentes da ajuda alimentar, enquanto mais de metade da população não tem o mínimo de 2100 quilo calorias / dia/ adulto recomendado pela FAO. (FAO: 1998) Da situação de exportador antes da independência, Angola passou agora a ter de importar metade dos cereais de que necessita. Em 2001, tiveram de ser importadas, em termos comerciais, 405.000 toneladas, para além das cerca de 176.000 toneladas recebidas a título de ajuda alimentar. (MINADER:2001)[89]. A permanente instabilidade que se faz sentir nas zonas rurais traduz-se no facto de os camponeses dificilmente poderem ser auto-suficientes e de o acesso aos mercados estar seriamente limitado. A maior parte dos deslocados não têm terra nem meios alternativos de obter alimentos. A necessidade de géneros alimentícios importados é agravada pelas quantidades diminutas de alimentos produzidos a nível local e disponíveis no mercado. A aquisição de géneros alimentícios representa cerca de 77% do orçamento dos agregados familiares mais pobres, o que é indicativo do grau de pobreza desses agregados familiares do ponto de vista económico e também da sua vulnerabilidade. (MINADER: 2001)

Os progressos registados no domínio da educação e da literacia ao longo dos primeiros 15 anos após a independência não foram sustentados devido à falta de financiamento durante a última década. Os baixos salários provocaram um êxodo em massa de professores, enraizaram práticas corruptas e afectaram negativamente a qualidade do ensino, problema ainda agravado pela falta de formação técnica e pelo recrutamento de professores sem habilitações. (Estratégia do Governo:2001).

A maior parte das infra-estruturas escolares foram danificadas pela guerra, pelos saques e pelo vandalismo ou simplesmente pela falta de manutenção. Simultaneamente o investimento na construção de novas salas de aula não foi suficiente para dar resposta à explosão da massa escolar. Embora algumas províncias (Luanda, Benguela, Namibe e, em especial, Cabinda) revelem melhores resultados em termos de acesso, as médias

[89] Relatório do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola sobre Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. 2001

nacionais são particularmente baixas - apenas 55% das crianças estão matriculadas a nível do ensino primário e 30% a nível do secundário. Cerca de 50% dos homens e 70% das mulheres são analfabetos[90].

As verbas do orçamento de Estado afectadas ao sector social escolar representaram nos últimos três anos uma média de 6,3% do total das despesas. (OGE:2001) Atendendo à situação, o Governo aprovou a chamada estratégia integrada para a melhoria do sistema educativo, que visa relançar o sector, dando prioridade à formação de professores, à organização do sistema e à reabilitação das infraestruturas escolares.

No sector da saúde vive-se uma situação semelhante. Com excepção de Luanda e de algumas capitais provinciais, há falta de cuidados de saúde e a sua prestação depende, por vezes, do apoio de ONGs que contam com financiamentos externos. A deficiente cobertura e qualidade dos cuidados de saúde é o resultado de uma combinação de factores, como o ambiente institucional instável, a escassez de recursos humanos, sistemas de gestão inadequados, coordenação deficiente no âmbito do sector (entre os níveis central e provincial/municipal), com outros sectores e com doadores, com o sector privado e com actores não estatais. (Estratégia do Governo:2001). A guerra, e a constante situação de insegurança alimentar, higiene precária e prestação insuficiente de cuidados de saúde e de formação geraram uma situação de alto risco que se traduz num nível significativo de mortalidade materna, má nutrição e doenças endémicas, como a malária e a tuberculose, para além de surtos epidémicos de poliomielite, sarampo, meningite e cólera. Há uma incidência crescente de doença do sono. A taxa de infecção pelo VIH / SIDA, que em 1997 era de 2,1 %, está neste momento estimada em 9,4% da população total[91]. (OMS:2005).

A abordagem do Governo para tentar resolver a situação concentra-se em determinados subsectores como a saúde materna, a saúde infantil, DTS/VIH, doenças transmissíveis e higiene, mas está ainda por definir uma política coerente para o sector. Nos últimos três anos, as verbas do orçamento de Estado afectadas ao sector elevaram-se em média a cerca de 5,4% das despesas totais. (OGE:2001).

As infra-estruturas existentes nos centros urbanos no sector do abastecimento de

---

[90] Angola – Comunidade Europeia. *Documento de Estratégia e Programa Indicativo Nacional para o Período 2002-2007*. p.20. Ministério do Planeamento da República de Angola.

[91] Word Health Organization (2005).*Summary Country Profile for HIV/ AIDS Treatment Scale* – Angola *www.who.int/ 3by5 / support / June 2005 _ago. PDF*

água e do saneamento, construídas antes da independência, encontram-se neste momento em mau estado de conservação e servem hoje em dia menos de 20% de uma população que está em rápido crescimento. Ultimamente tem havido importantes investimentos em infra-estruturas de abastecimento de água, a fim de aumentar a produção e melhorar a distribuição. Em Luanda, a intervenção do sector privado traduz-se em custos elevados para os sectores mais pobres da população, que vivem em lugares não servidos pela rede de água canalizada e gastam 15,4% do seu rendimento em água, em comparação com os 3,3% gastos pelos que vivem em melhores condições. Poços, rios e lagos são as principais fontes de abastecimento de água nas zonas rurais. A falta de água potável para seres humanos e animais é um problema gravíssimo em determinadas alturas do ano nas zonas de pastoreio semi-áridas do sul. (Estratégia do Governo:2001).

Os recursos marinhos naturais de Angola são uma grande vantagem. A presença de correntes marinhas a montante tem contribuído para o forte desenvolvimento da biomassa e, consequentemente, para grandes populações piscícolas pelágicas e demersais. É necessário gerir este potencial. Os recursos das pescas têm sido o motor do crescimento no sector: o total de capturas em águas territoriais angolanas aumentou de 161.000 toneladas em 1993 para 231.000 toneladas em 1997, sendo a frota nacional responsável por 73% das capturas em 1993 contra 57% em 1997. (MINPESCAS:2000)[92] A grande maioria dos postos de trabalho situa-se no sector da pesca artesanal. Embora a pesca contribua apenas de forma marginal para o PIB (3% em 1995) e para as exportações (0,65%), desempenha um papel importante em termos de segurança alimentar, uma vez que 150.000 toneladas de peixe vão para o mercado interno[93]. Quase um terço da proteína animal consumida provém do peixe, e é necessário aumentar esta proporção dada a difícil situação em que o país se encontra em termos de segurança alimentar.

Também é necessário prestar atenção a determinadas questões intersectoriais**. A** desigualdade entre homens e mulheres continua a ser um problema, apesar da legislação, aprovada desde a independência, para a eliminar. Há certos preconceitos tradicionais que impedem a igualdade, ao mesmo tempo que os muitos anos de guerra, a deslocação de populações e o aumento da pobreza agravaram a situação para a maioria

[92] Ministério das Pescas de Angola. *Relatório sobre a situação Pesqueira*. 2000
[93] Angola – Comunidade Europeia. *Documento de Estratégia e Programa Indicativo Nacional para o Período 2002-2007*. p.21. Ministério do Planeamento da República de Angola.

das mulheres, que, para além de terem o índice mais baixo de desenvolvimento humano, são neste momento chefes de uma em cada três famílias nas zonas rurais. (MINFAMU:2001)[94] Além de desempenharem as suas tarefas normais, as mulheres são muito particularmente afectadas pela situação da segurança alimentar e têm de desempenhar também as tarefas que cabem aos homens, como seja trabalhar a terra.[95] Nas cidades, são elas que controlam uma grande parte do sector informal**,** o que as obriga a passar muito tempo fora de casa, tentando cumprir simultaneamente as suas responsabilidades domésticas. Para agravar ainda mais o problema, a educação das raparigas é inferior à dos rapazes. É geralmente reconhecido que se não forem proporcionadas condições aceitáveis para que a célula familiar de base funcione e se reproduza, corre-se o risco de o sistema económico e institucional reproduzir as situações degradantes atrás referidas[96].

Dos desafios ambientais fazem parte a degradação das terras aráveis em regiões próximas das cidades onde é maior a pressão populacional, a desflorestação e a escassez de lenha, a destruição da biodiversidade em áreas protegidas e a degradação de ecossistemas marinhos devido à sobre-exploração e à poluição.(Estratégia do Governo:2001).

A gestão dos recursos naturais não é eficiente e não existe legislação adequada. O Governo traçou uma estratégia e um plano de acção nacionais para a gestão do ambiente. Também redigiu legislação de base em matéria ambiental em domínios como a avaliação do impacto ambiental, tributação e auditorias, bem como medidas intersectoriais e intra-sectoriais, em parceria com a sociedade civil, destinadas a alargar e divulgar conhecimentos sobre questões ambientais nos diferentes domínios. (Estratégia do Governo:2001).

Em relação à situação social, a CPLP tem sobretudo realizado acções de formação nas diversas áreas. Cursos como: análise e enquadramento de projectos de cooperação técnica internacional; elaboração de projectos de cooperação para o desenvolvimento; formação de empresários; administração e gestão escolar para dirigentes; formação de estatísticas da educação; formação de técnicos da educação; apoio à capacitação dos recursos humanos em saúde nos PALOP; formação de técnicos

---

[94] Ministério da Família e Promoção da Mulher da República de Angola. 2001.

[95] República de Angola – Ministério da família e Promoção da Mulher. *Relatório, Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher*.p.53 1999.

[96]Ministério da Família e Promoção da Mulher – *Estratégia e Programa Quadro Estratégico para a promoção da Igualdade do Género até 2005.* p 4. 2001.

da educação; apoio à capacitação dos recursos humanos em saúde nos PALOP; práticas diplomáticas e consulares etc. Muitos destes cursos tiveram a participação de cerca de 30 técnicos angolanos, em cada acção de formação. Na área da saúde estruturou um projecto de combate ao HIV/SIDA para apoiar os Estados membros.

2. A Politica Externa de Angola

Os fundamentos da política externa de Angola estão estabelecidos nos artigos 15º, 16º e 17º da Lei Constitucional. A política externa de Angola assenta na realidade nacional e tem como objectivos estratégicos a criação de um pais importante e respeitado em África e no Mundo, economicamente forte e socialmente sólido e coeso. (Lei Constitucional: revisão em 1991)

O importante desafio que se coloca à politica externa e à diplomacia angolana é o de conseguir articular, nos planos politico diplomático, económico, científico e tecnológico, a dinâmica da integração do país nas sub-regiões Central e Austral de África com a dinâmica da globalização – fenómeno incontornável e transversal a todas as esferas da vida global.

O sucesso da política externa angolana depende em grande medida de uma articulação eficiente entre os diversos órgãos do Estado, de maneira a que a actuação de cada entidade no quadro das atribuições de que está investida contribua de facto para a promoção no exterior de uma imagem e de uma mensagem dos poderes públicos que reflicta uma mesma e única vontade soberana. (MINREX 2004)[97].

O Governo de Angola afirma que *"a politica externa de Angola reflecte a vocação pacifista da República de Angola e a sua vontade inequívoca de consolidar a democracia participativa, defender o Estado Democrático e de Direito, fortalecer a unidade nacional, assegurar o primado dos direitos fundamentais do homem e promover a estabilidade social, politica e económica, para alcançar o desenvolvimento pleno de cada angolano"*. (Lei Constitucional: revisão em 1991).

A execução da política externa tem em conta a firmeza, o pragmatismo e flexibilidade necessários para materialização dos objectivos da defesa dos interesses nacionais bem como a conjuntura internacional que se proporcionar".(Lei Constitucional: revisão em 1991).

[97] *Ministério das Relações Exteriores. Linhas Mestras para actividade Politico Diplomática de 2005-2006* (2004)

2.1. ANGOLA e as Instituições Financeiras Internacionais

2.1.1. Relações ANGOLA e o FMI

As Relações entre Angola e o FMI adquiriram maior intensidade a partir da década de 90. As dificuldades que a balança de pagamentos enfrentou a partir de 1985 indiciaram a procura do FMI para a sua resolução. A conjugação entre a baixa do preço do petróleo, a guerra civil e a má gestão (incluindo péssimo emprego dos recursos) criaram a necessidade do apelo ao FMI. As entidades governamentais pretendiam ver reescalonados os compromissos assumidos e terem acesso ao crédito, necessidade acentuada dramaticamente pela queda do bloco soviético. (Cerqueira: 2002). A preocupação geral do FMI foi criar em Angola uma economia compatível com a economia mundial, eliminando os métodos da gestão anterior ancorada ao espaço soviético do ponto de vista da lógica do sistema.

Angola é membro do Fundo mas ainda não teve acesso a qualquer crédito ou reescalonamento da sua dívida. O FMI tem influenciado a economia de Angola exigindo condições prévias para beneficiar de "tranches", inclusive a exigência do pagamento atempado do serviço da dívida. O FMI tem executado missões de análise da economia angolana, deixando recomendações para as autoridades económicas e sujeitando-as a avaliações de desempenho. Nos últimos anos, de Janeiro de 2000 aos dias de hoje, e como explica o Governo "o elevado peso do serviço da dívida externa de Angola e a sua estreita relação com os objectivos de estabilização macro-económica e o relançamento da produção interna de bens e serviços determinaram que o Governo celebrasse com o FMI e o BM o Memorando de Políticas Económico-Financeiras do Governo (Programa Monitorado pelo Corpo Técnico do FMI)[98]". (Cerqueira: 2002)[99]

---

[98] O Programa Monitorado é centrado: a) no aprofundamento das reformas estruturais da economia (criação de mercado financeiro; privatização da propriedade estatal; reforma do Banco Central, deixando de exercer funções comerciais, limitando o Estado às funções administrativas; liberalizando o comércio e adoptando o sistema de transparência); e b) na estabilização da economia através do combate à inflação, supressão dos subsídios e subvenções; contenção do défice público; liberalização dos preços, incluindo o da moeda estrangeira para permitir a redução da diferença entre a taxa de cambio praticada no mercado oficial e no paralelo.

[99] CERQUEIRA, Marinela. *Testemunho: A gestão da Dívida Angolana*. 2001.pp4

2.1.2 Posicionamento do Governo

Do ponto de vista do Governo, o pagamento atempado do serviço da dívida externa permitirá negociar com o Clube de Paris para obter novos empréstimos e reescalonar a dívida. No OGE de 2002, o Governo afirma: "O programa monitorado, que integra metas quantitativas e medidas estruturais, é um instrumento através do qual o Governo deve demonstrar um bom desempenho na implementação de políticas macro-económicas antes de acordar com o FMI um programa com recursos financeiros desta Instituição de Bretton Woods". (OGE:2002) O Governo entretanto tem conduzido a execução do Programa com inteira salvaguarda dos interesses de acumulação de capital e poder político para um grupo restrito. Por exemplo, as privatizações recaem sobre pessoas seleccionadas, algumas das quais conduziram as empresas públicas à falência. (Cerqueira:2002)

A fraca capacidade do sistema monetário resulta do débil sistema bancário que alimenta a fraca cultura de poupança e a descapitalização do empresariado nacional em benefício de empresas de capital maioritariamente estrangeiro, sendo a maioria empresas do sector petrolífero. (Rigaud:2001)[100].

No que tange as medidas de estabilização, o Governo tem cumprido (embora não nos prazos estabelecidos acautelando reacções populares) o programa de liberalização de preços e de supressão de subsídios, o que tem feito disparar a inflação. Esta provoca de imediato a subida dos preços dos produtos de maior consumo como os combustíveis (com efeito repercutido em quase todos os bens de consumo), os transportes, a água, a electricidade, num contexto de contenção dos salários da função pública. Estas medidas têm igualmente provocado um incremento do desemprego e dando origem a reformas antecipadas derivadas do saneamento da função pública, das privatizações do sector público estatal e da ausência duma verdadeira reforma económica na economia não-petrolífera. (Cerqueira:2002).

[100] Rigaud.Citado em Marinela Cerqueira:2002

2.1.3. Posicionamento do FMI

O receituário do FMI visa encontrar as formas de governabilidade externa da economia e não tem em conta as características específicas da economia angolana durante os últimos anos, visto que ainda perduram na economia do país aspectos pré-capitalistas. Não existe um sistema financeiro capaz de sustentar certas reformas. Há uma sócio-economia agregada ao sistema de partido-Estado e a economia petrolífera corresponde a um enclave, ou seja, há um conjunto de disfunções fundamentais que distorcem qualquer programa económico com objectivos sociais. (Cerqueira:2002).

As medidas propostas pelo FMI exigem mais sacrifícios a populações sujeitas a 40 anos de guerra, sendo que 1/3 é população deslocada do seu lugar de origem com sérias dificuldades de se estabelecer noutros lugares e particularmente vulneráveis para poderem assegurar o seu sustento.

Juntamente com o Banco Mundial e respondendo à pressão internacional em Angola as Instituições Financeiras Internacionais (IFI), estão a tentar implementar o Programa Estratégico de Redução da Pobreza (PERP) estreitamente vinculado ao pagamento da dívida externa. Provavelmente, dar-se início à negociação de um programa com o apoio financeiro de instituições financeiras internacionais, designadamente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, com base no PRSP[101], que permitirá a renegociação da dívida externa do país nos Clubes de Paris e Londres, com vista ao seu reescalonamento para libertação, no curto prazo, dos recursos indispensáveis ao financiamento sustentado do desenvolvimento nacional", (PERP:2001)[102].

2.1.4. Posicionamento das Nações Unidas

O Governo apresentou uma proposta de PERP interino que foi criticado pelo próprio sistema das Nações Unidas em Angola que advoga o seguinte[103]. (ONU: 2001)

a) O Governo não está sendo claro sobre as suas responsabilidades na assistência humanitária, pelo que "deveriam ser tomadas medidas para assegurar que qualquer

[101] Poverty Reduction Strategy Programme. ONU in Angola
[102] Programa de Estratégia para a Redução da Pobreza
[103] Citado em CERQUEIRA Marinela, pp5, 2002

estabilização macro-económica e reformas estruturais não agravem a situação das populações mais vulneráveis," defendendo também que "a subvenção de certos produtos, tais como o petróleo iluminante (no espaço de 6 meses sofreu incrementos superiores a 100%) e sal ionizado, que são essenciais para a sobrevivência dos pobres, deveria ser mantida"; (Cerqueira:2002).

b) Deverá dar-se prioridade à agricultura camponesa, como opção estratégica e inverter a tendência da concentração de terras;

c) Reordenação das prioridades orçamentais para os sectores sociais e prever o acesso à água e saneamento básico das populações;

A conclusão elementar é que há nítida contradição entre o Programa Monitorado pelo FMI e as perspectivas apontadas pelo Sistema das Nações Unidas para a elaboração do PERP. Uma contradição que o Programa do Governo resolveu em benefício das políticas restritivas do FMI para juntar dinheiro para pagar a dívida externa. Estes factores parecem explicar não só atraso do Governo na formulação duma estratégia de redução da pobreza mas também a marginalização dos sectores da sociedade civil que deveriam participar plenamente neste processo.

A CPLP na qualidade de membro observador da CPLP, poderá exercer algum papel na solução desta problemática. Mas é preciso não perder de vista que a CPLP interfere apenas nas questões multilaterais, e que depende da solicitação ou não do Estado para intervenção da CPLP.

3. Estratégia de Cooperação

O Governo de Angola considera como principais desafios a enfrentar nos próximos anos os seguintes:

i) consolidação do processo de paz de 2002, promoção da reconciliação nacional e reconstrução do país;
ii) consolidação da democracia, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos humanos;
iii) boa governação, o que se traduzirá na estabilidade macro-económica e na mobilização adequada dos consideráveis recursos naturais do país assegurando uma acentuada redução dos níveis de pobreza entre a população angolana. (Estratégia do Governo:2001).

O conflito armado, um dos mais prolongados do mundo, provocou uma crise humanitária a que as organizações internacionais só parcialmente conseguiram dar resposta. Angola tem a mais elevada percentagem de deslocados de guerra do mundo -

quase 30% do total da população, ou seja 4,1 milhões de pessoas. (Estratégia do Governo:2001).

Uma elevadíssima percentagem da população é extremamente vulnerável e, de uma forma ou de outra, está dependente da ajuda externa. A insegurança alimentar está associada à ausência de oportunidades para o exercício de qualquer actividade produtiva regular, nomeadamente na agricultura. Para além disso, tem sido extremamente difícil mobilizar ajuda externa de emergência, especialmente em termos de acesso a zonas críticas. Estas preocupações de natureza humanitária continuarão, porém, a ser uma das principais prioridades, pelos menos a curto prazo.

A guerra também impediu o desenvolvimento mais rápido de práticas democráticas em Angola, para além de ser uma das principais causas das violações dos direitos humanos. As instituições angolanas têm vindo a fazer alguns progressos nesta área, progressos esses que precisam de ser consolidados.

A nível da pobreza em Angola os estudos e análises existentes e a observação empírica da situação apontam para níveis extremamente elevados, tanto entre a população urbana como entre os deslocados de guerra.

Consciente de todas estas dificuldades, a UE, juntamente com o Governo de Angola, os Estados-Membros da UE e outros doadores, e também com a sociedade civil, tem analisado as áreas em que a sua cooperação poderá ser mais vantajosa, em termos comparativos. Os debates realizados permitem concluir que é necessário intensificar esforços com vista a uma estabilização gradual da situação política e económica. A UE propõe-se apoiar uma estratégia que englobe aspectos ligados à ajuda de emergência, à reabilitação e ao desenvolvimento. Em vista da rápida evolução da situação, essa estratégia tem de continuar a ser flexível. Assim sendo, a UE atribuiu prioridade, no curto a médio prazo, ao financiamento das medidas necessárias para apoiar o processo de paz e a reconciliação nacional, incluindo a criação de condições para a realização das eleições gerais presidenciais e legislativas livres e justas. No médio e longo prazo, a UE vai aumentar gradualmente o seu apoio, concentrando a ajuda em especial nos sectores sociais e na segurança alimentar. Ao mesmo tempo, a fim de apoiar a viabilidade da reconciliação nacional e os planos de recuperação económica, e também de melhorar as condições de crescimento económico com vista à redução da pobreza, a UE projecta contribuir para o reforço de áreas específicas da boa governação, designadamente o sector judicial, a reforma da administração e as finanças públicas. (Estratégia do Governo:2001).

Neste capítulo a CPLP poderá desempenhar um papel no quadro da UE, na medida em que está a ser estudada a possibilidade da UE passar a gestão do programa PIR-PALOP à CPLP.

3.1. Cooperação Recebida

A situação interna e internacional aconselha o exercício da cooperação ao nível político, diplomático, económico-social como um factor vital para a mobilização e captação de recursos financeiros e materiais externos para a reconstrução desenvolvimento do país.

O quadro geral de cooperação em Angola é formado com base na assinatura de programas nacionais e regionais de cooperação com os vários parceiros estratégicos no âmbito bilateral quer nas diferentes sub – regiões do continente Africano como no âmbito multilateral, com os vários organismos comunitários e internacionais.

3.2.União Europeia

A estratégia de resposta da UE para a cooperação com Angola está em sintonia com os objectivos definidos na posição comum da UE sobre Angola, de Junho de 2002. Uma solução política que consolide a solução militar do conflito, o que permite que haja uma paz duradoura em Angola, proporcionará condições favoráveis para enfrentar os desafios da reconstrução e da recuperação. Isto representa também um passo necessário no sentido do objectivo central que é a redução da pobreza.

A República de Angola aderiu à Cooperação entre a União Europeia –UE e os Estados da África, Caraíbas e Pacífico(ACP) em 1985, tendo subscrito a Convenção de Lomé III, vindo a beneficiar de recursos do 6º Fundo Europeu de Desenvolvimento(FED). Antes da assinatura do Plano Indicativo Nacional (PIN) Angola usufruiu do estatuto do país observador e nesta altura beneficiou de recursos financeiros que foram utilizados em projectos no sector das pescas (Namibe e Benguela) Assinou o 1º Programa Indicativo Nacional (8 º PIN) em 1986, o que significa que a cooperação EU - Angola conta já com duas décadas, tendo-se iniciado mesmo antes de Angola ter formalmente aderido à então 3ª Convenção de Lomé, em 1986. Esta

cooperação é elaborada com base num Programa Indicativo Nacional[104] que estabelece as premissas fundamentais e as linhas de actuação no domínio da cooperação entre as duas partes.

Desde então a União Europeia tem vindo a apoiar o povo angolano sobretudo as populações mais vulneráveis e afectadas pelo longo conflito bélico, nomeadamente através dos seus dispositivos mais vocacionados para a ajuda de emergência[105]: o Gabinete de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia a ECHO – European Community Humanitarian Office e a NESA – Núcleo Europeu de Segurança Alimentar. Desde 1993, a ECHO[106] contribuiu com mais de € 143 milhões de euros em ajuda humanitária para acções em Angola. Em Fevereiro de 2002, a União Europeia aprovou um novo plano global de ajuda humanitária de 8 milhões de euros para projectos relacionados com a saúde, nutrição, água/ saneamento, ajuda de emergência, protecção civil e transporte aéreo.

Em 2003, no mês de Fevereiro, a União Europeia voltou a aprovar um novo envelope financeiro de apoio às populações vulneráveis. Assim, foram canalizados 8 milhões de euros pela ECHO[107]. Pela primeira vez em cada um dos projectos financiados pela ECHO existe uma componente financeira destinada à luta contra o HIV/ SIDA[108].

No que toca à saúde e nutrição, a ECHO vai incrementar os cuidados primários de saúde, com especial atenção à saúde materno-infantil[109]. A União Europeia mantém

---

[104] O objectivo primordial desse programa visa ajudar o Governo a desencadear acções que promovam um desenvolvimento económico e social duradouro. No caso de Angola e mercê da situação que assolou o país durante várias décadas, as acções de carácter humanitário assumiram um carácter preponderante.

[105] Este apoio também é feito indirectamente, através de outros programas, em grande medida financiados pela União Europeia e pelos Estados-Membros, de que o mais conhecido será o Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM). Neste contexto, um terço das actividades do PAM em Angola, são financiadas pela União Europeia.

[106] A ECHO dá prioridade às áreas mais directamente afectadas pela guerra, com as maiores concentrações de pessoas deslocadas internamente e com as mais altas taxas de má nutrição. Continua igualmente a prestar ajuda às províncias que não têm apoio de outros doadores e a intervir nas zonas recentemente abertas à comunidade humanitária.
O financiamento é canalizado por intermédio de diversas organizações internacionais e ONG que são parceiros da ECHO no país.

[107] Metade dessa verba foi investida em projectos de nutrição e cuidados primários de saúde, e os restantes quatro milhões de euros foram utilizados para a distribuição de bens não-alimentares, coordenação da ajuda humanitária, protecção e assistência legal às populações mais afectadas, logística e transporte.

[108] Estas acções, a ser implementadas pela UNICEF, incidirão naquelas áreas só recentemente abertas à circulação, nas zonas de acolhimento e nas regiões fronteiriças. As mesmas terão um carácter educativo, incluirão a produção e distribuição de material informativo em línguas nacionais e a formação de formadores através de seminários e acções no terreno.

[109] A mortalidade devido à desnutrição será reduzida através de programas nutricionais. A ECHO continuará a apoiar a vacinação de modo a reduzir a prevalência das doenças comuns e das epidemias.
Em termos de apoio de emergência, a ECHO continuará a fornecer bens essenciais não-alimentares, como cobertores, utensílios de cozinha e lona para abrigos. A ECHO também continuará a proporcionar protecção legal às pessoas vulneráveis (registo de nascimento e reunificação da família), apoio às operações do Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas, designadamente transporte de alimentos por via aérea e terrestre, sementes e utensílios agrícolas e pessoal humanitário. A ECHO centra a sua actividade na ajuda de emergência, com base no seu mandato

igualmente com Angola uma cooperação no domínio das pescas. Em Junho do ano 2002 e na sequência de acordos anteriores, foi assinado em Luanda um novo acordo de pesca entre a Comunidade Europeia e o Governo da República de Angola que vigorou durante 2 anos, até Agosto de 2004. (MINPESCAS:2002)

3.3. Cooperação Regional

a) PIR/PALOP

Tendo sido estabelecido pela primeira vez em 1992 o Programa Indicativo Regional para os PALOP (PIR–PALOP) serve de enquadramento à cooperação entre a Comissão Europeia (CE) e os Países ACP para apoiar o reforço ou criação de capacidades nos cinco PALOP-Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). O segundo Programa (PIR – PALOP II) foi assinado em 1998 entre os PALOP e a CE e cobre um conjunto de iniciativas plurianuais no domínio prioritário do desenvolvimento das instituições e das administrações.

Constatou-se que, desde que os PALOP alcançaram a sua independência os respectivos investimentos públicos na área da Justiça têm sido limitados. Efectivamente, a escassez de recursos financeiros disponíveis originou que, de um modo geral, não tenha sido possível desenvolver esforços significativos e de carácter sustentado naqueles países, no que respeita às reformas dos seus sistemas judiciários. Como consequência as correspondentes instituições têm vindo a enfraquecer, revelando-se inadequadas face às necessidades de desenvolvimento social e económico daqueles países. (Fortes: 2003)

No quadro do PIR-PALOP II[110], foi lançado um projecto regional designado por Apoio ao Desenvolvimento dos Sistema Judiciários (ADSJ), cujo objectivo genérico é o

---

humanitário, às vítimas de catástrofes naturais ou de conflitos armados. No entanto, a ECHO também tem em conta a questão essencial da interligação das acções de emergência, de reabilitação e de desenvolvimento, tal como consta no Documento de Estratégia de Apoio ao País, assinado em Janeiro último pela União Europeia e o Governo de Angola. A acção da União Europeia em Angola não se esgota na ajuda humanitária e de emergência, estando em curso ou em preparação todo um conjunto de acções de reabilitação ou de apoio ao desenvolvimento, passando por projectos de desenvolvimento institucional/ recursos humanos, desenvolvimento e saneamento urbanos, transportes/ infra-estruturas sociais e produtivas, saúde ou desenvolvimento rural integrado e acções de desminagem humanitária.

[110] O acordo de financiamento deste projecto, concluído em Luanda (Dezembro de 2001), estipula um custo total de € 6,1 milhões do qual € 5,0 milhões são financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento - FED e € 1,1 milhões pelo Governo Português, através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - IPAD.

de contribuir para reforçar e melhorar a capacidade administrativa dos sistemas judicial e prisional dos PALOP.

De acordo com a distribuição da localização dos projectos do PIR-PALOP II, Angola tomou a seu cargo a organização e a gestão deste projecto, o qual ficará domiciliado em Luanda junto do Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ). O Projecto será também executado com o contributo do Instituto Nacional de Administração de Portugal (INA), em articulação com o Ministério da Justiça de Portugal (MJ).

Em relação ao projecto PIR-PALOP, a CPLP poderá no futuro, caso a proposta da EU se concretize, aproveitar a oportunidade para fazer algo mais em benefício de Angola e outros estados membros.

b) SADC

A cooperação regional na África Austral efectua-se principalmente no quadro da SADC. A organização fixou um objectivo bastante ambicioso que é a criação de uma verdadeira comunidade regional engajada no processo de integração económica e, numa fase posterior, para uma integração no plano político. O grupo visa para já uma melhor coordenação das políticas macroeconómicas na África Austral. A assinatura pelos países de vários protocolos sectoriais fornece um quadro de harmonização e integração de políticas nacionais e de infra-estruturas nos respectivos domínios. (SADC: 2001)

Como complemento ao trabalho dos projectos a nível nacional, a Friedrich – Ebert - Stiftung(Fundação Friedrich Ebert) – FES procura reforçar a integração regional na SADC e promover o intercâmbio ao nível continental[111].

Principal objectivo das actividades na região austral da África é a promoção do intercâmbio e da cooperação na região sobre diversos temas políticos, económicos e sociais, tais como as perspectivas para uma política regional de segurança humana, a análise comparada das estratégias de combate à pobreza e a promoção de pequenas e médias empresas. A dimensão social da integração é fortalecida através do apoio à

[111] Actualmente a Friedrich – Ebert – Stiftung (Fundação Friedrich Ebert) – FES mantém 20 representações em África, oito das quais se encontram em países da SADC. Esta rede de escritórios e contactos é cada vez mais valiosa numa era marcada pela integração regional e pelos processos da globalização.

Central Regional de Sindicatos (SATUCC) e da cooperação com esta central na análise de questões sociais e do mercado de trabalho.

Uma nova prioridade do trabalho da FES a nível nacional e regional constitui a análise das consequências do Acordo de Cotonou que define a futura cooperação financeira, política e comercial entre a União Europeia e os países ACP. Para além destas actividades de informação e sensibilização pretende-se desenvolver um programa de capacitação e assessoria sistemática a nível regional para fortalecer as capacidades de implementação dos actores estatais e não-estatais nos países ACP no âmbito deste acordo a nível regional.

A CPLP é uma organização com uma componente politica muito forte e poderá buscar na SADC a possibilidade de uma parceria económica em benefício dos Estados que fazem parte das duas organizações. A CPLP já iniciou contactos para discutir a possibilidade de acordos de cooperação com a SADC.

c) CPLP

A CPLP é o foro de âmbito multilateral, e neste contexto a cooperação recebida pela CPLP, também é de âmbito multilateral. O que significa dizer que todos os Estados membros são beneficiários na mesma forma e proporção das ajudas recebidas da CPLP. Angola, como estado membro da organização não poderia constituir uma excepção à regra quanto aos procedimentos de recepção da ajuda. A ajuda recebida da CPLP, consubstancia-se, nas várias acções de formações, e reuniões técnicas para trocas de experiências dos seus técnicos, nas mais variadas áreas de acção, com o propósito de aperfeiçoar e elevar o nível dos conhecimentos do pessoal técnico de Angola.

No tocante à metodologia relativa ao processo da cooperação para o desenvolvimento, Angola formou quadros nas diversas áreas do saber[112].

Técnicos angolanos de alto nível são beneficiários do projecto de cooperação técnica em telecomunicações, através da participação reuniões técnicas anuais das Telecomunicações, que têm como fim apoiarem os organismos governamentais de telecomunicações dos PALOP na melhoria das suas estruturas reguladoras e trocar

[112] Capacitação em análise e enquadramento de projectos de cooperação técnica internacional (ProCTI-MAE); cursos de formação de técnicos da educação; cursos sobre preparação e avaliação de projectos de cooperação técnica; cursos sobre formação em práticas diplomáticas e consulares; curso de formação de empreendedores – programa empresa na prática; curso de administração e gestão escolar para dirigentes; cursos de elaboração de projectos de cooperação para o desenvolvimento; curso sobre concepção, formulação e monitoramento de projectos de CTI; estudos lusitanistas na biblioteca nacional de Lisboa.

experiências relativas à privatização e à introdução da competitividade no sector. (RPFC: 2004)[113].

Quanto a participação no projecto de Capacitação de Recursos Humanos em Saúde nos PALOP, foi realizada uma oficina Pedagógica para o desenvolvimento do processo de formação e implementação de cursos de especialização em saúde pública, onde participaram técnicos de saúde, bem como a constituição de um núcleo de apoio à formação profissional. (RPFC:2005).

Angola recebeu o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial situado em Luanda foi inaugurado em Julho último por ocasião do X Conselho de Ministros e da inauguração do Centro de Excelência, e tem já constituído o seu conselho deliberativo, e tem a finalidade de fortalecer de forma institucional os PALOP, para o apoio ao desenvolvimento do sector privado e da formação profissional dos técnicos dos Estados membros. Angola preside actualmente ao Conselho Deliberativo do Centro Regional, que é o órgão que define a politica de funcionamento do Centro.

Está em discussão a criação de um programa sobre a estratégia geral de cooperação que irá conferir à CPLP uma maior visão de conjunto, e consequentemente, uma maior operacionalidade e visibilidade organizacionais, correlativamente com os seus objectivos e as grandes linhas de orientação definidas. O programa será aprovado no próximo Conselho de Ministros em Julho Próximo na Guiné Bissau.

4.CONCLUSÃO

Angola é hoje o segundo maior produtor de crude da África Subsahariana, logo atrás da Nigéria e os especialistas antevêem que, no final da década, seja já o primeiro. A transição para a paz em Angola tem sido caracterizada por melhorias substanciais em termos económicos, um pouco por todo o País mas sobretudo nos grandes centros urbanos.

No quadro geral das sucessivas convenções de Yaoundé e Lomé, e presentemente Cotonou, a ajuda da União Europeia a Angola tem-se traduzido em financiamentos, sob a forma de subvenção, concedidos no âmbito dos Programas Indicativos Nacionais, com fundos FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento),

[113] Reunião de Pontos Focais de Cooperação.

constituído por um conjunto de contribuições dos Estados-Membros e outros fundos próprios da Comissão Europeia (Linhas Orçamentais).

A Ajuda a Angola, desde a sua adesão ao chamado grupo ACP, totalizou mais de 800 milhões de euros, sendo cerca de 40% FED e os restantes 60% provenientes de linhas orçamentais. (Fortes: 2003)

Relativamente às questões da divida externa, a ausência de um acordo entre o governo angolano e as autoridades de Bretton Woods, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional – FMI – leva a que não estejam disponíveis fontes alternativas de capitais externos, à não existência de um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), apesar das regulares negociações entre FMI e autoridades angolanas, bem como à impossibilidade de reescalonar globalmente a dívida externa – no entanto, este é um problema que, como veremos, não tem sido muito focado, até porque a evolução recente parece ser positiva, apesar de existirem poucos dados quantitativos comprovativos destes factos.

Um PAE deve ser adaptado à realidade e condições económicas e sociais do país que opta por esta via, já que as medidas propostas pelo FMI exigem muitos sacrifícios às populações desses países. No caso de Angola, nas actuais condições não seria benéfico. Angola tem uma população sujeita a 30 anos de guerra civil, sendo que aproximadamente 1/3 é população deslocada do seu lugar de origem com sérias dificuldades de se estabelecer noutros lugares e particularmente vulneráveis para poderem assegurar o seu sustento.

Embora no âmbito da CPLP tenham sido realizadas várias acções, estas actividades e/ou projectos ainda têm sido considerados bastante residuais se tiver em conta o universo populacional de Angola. Mesmo assim, a CPLP pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento futuro de Angola, incrementando a sua acção nos domínios político diplomático, económico, social e outros.

Conclusões finais

A importância de uma comunidade de países, nos moldes da CPLP, é inquestionável, num momento em que são privilegiadas novas orientações das relações internacionais, mais propriamente no acompanhamento de projectos conjuntos, observador na reunião de cada órgão, a constituição de equipas técnicas mistas para acompanhamento das acções estabelecidas. A globalização exige mecanismos de

participação mais ágeis, ao mesmo tempo em que os recursos tecnológicos encurtam as distâncias.

O projecto da Comunidade, que nasceu de um acto de vontade politica de sete nações independentes, tendo-se juntando e posteriormente mais uma, (Timor Leste) que fez oito, precisa de prioridades definidas e do constante aperfeiçoamento dos seus mecanismos, o que só será realizável mediante a clara definição das expectativas e recursos de cada Estado membro. Seria também necessário, para o fortalecimento do projecto multilateral, maior conhecimento mútuo das agendas nacionais de cada Estado membro.

Para tal, é necessário que a CPLP possua real consciência das suas fraquezas, em ordem a corresponder as expectativas do futuro, mais concretamente quanto a definição de um programa sobre a estratégia geral de cooperação. Na fase embrionária em que se encontra a CPLP, são possíveis identificar vários constrangimentos à persecução dos objectivos por que se rege. Desde logo a inexistência de um plano estratégico de intervenção de médio e longo prazos, susceptível de conferir à CPLP uma maior visão de conjunto, e consequentemente, uma maior operacionalidade e visibilidade organizacionais, correlativamente com os seus objectivos e as grandes linhas de orientação definidas.

Em termos de cooperação para o desenvolvimento, Portugal e Brasil dedicam a maior parte do seu esforço aos restantes países da Comunidade, o que representa para estes um suporte insubstituível no caminho para o desenvolvimento. Cada um dos dois países tem as suas prioridades e linhas de orientação nessa matéria, em função das capacidades próprias e das disponibilidades para participar na ajuda ao desenvolvimento.

São os PALOP os principais beneficiários da ajuda pública ao desenvolvimento de Portugal e do Brasil, ajuda essa que tem desempenhado um papel proeminente nos esforços dos PALOP e Timor-Leste de promover o progresso económico e social.

Não obstante este interesse, provavelmente partilhado por todos, de um modo geral os Estados têm privilegiado a cooperação bilateral. As acções de cooperação no contexto da CPLP têm sido direccionadas para os países com menos recursos e que têm respondido a necessidades em áreas como a saúde, capacitação de recursos humanos e administração local. No entanto, não têm sido claros os fundamentos da apresentação das propostas de projectos, uma vez que não se integram num plano de acção acordado

no âmbito da Comunidade, que reflicta as necessidades e prioridades dos próprios países beneficiários.

Quanto as actividades realizadas se tivermos em conta o seu volume, os resultados esperados ainda não são os desejáveis. A abrangência das acções de formação, bem como o seu impacto quase não se faz sentir. Assim, as acções de cooperação ficam muito aquém da satisfação das necessidades de Angola como Estado membro daquela Comunidade.

Do ponto de vista económico, é certo que a CPLP enfrenta muitos desafios desfavoráveis e que são próprios da actual conjuntura caracterizada pela globalização. Mas como a CPLP não pode apenas continuar a conferir primazia às questões da língua comum e de natureza diplomática e cultural. Na medida em que isso é insuficiente para a sua inserção bem sucedida nos meandros da globalização e para a própria sobrevivência da comunidade, a aposta económica deve configurar a igualmente como um dos eixos de intervenção no futuro da CPLP.

Também é evidente a insuficiente coordenação entre as reuniões ministeriais e os outros órgãos da CPLP, nomeadamente a reunião de pontos focais de cooperação. O que leva a pensar que seria do maior interesse o aprofundamento daquela articulação, dotando o Secretariado Executivo da CPLP dos recursos necessários àquele acompanhamento, por forma a se poder salvaguardar a complementaridade em matéria de cooperação para o desenvolvimento.

Constitui ainda para a CPLP um desafio de primeira importância a constituição de uma equipe técnica multidisciplinar, com relevância em termos técnicos, nomeadamente em matéria de concepção, elaboração e gestão de projectos, com atribuições circunscritas aos aspectos técnicos requeridos pela nova fase e desafios que se adivinham num futuro próximo, e que no quadro da planificação estratégica recomendada, teria como tarefa prioritária a elaboração de documentos base que serviriam de suporte a uma discussão mais abrangente sobre os desafios actuais e futuros da CPLP.

A Reestruturação do Secretariado Executivo, dotando-o das condições materiais, humanas e financeiras, a constituição de uma equipa técnica especializada e a aprovação da Estratégia geral de Cooperação pelo conselho de Ministros, darão à CPLP uma maior operacionalidade e visibilidade organizacionais, correlativamente com os seus objectivos e grandes linhas de orientação definidas.

Finalmente conclui-se que face a situação da crise, vivida por Angola, ao se concretizarem os pressupostos anteriormente focados, a CPLP poderá ter um papel positivo no desenvolvimento futuro de Angola.

Bibliografia

ARCHER, Olive. International Organizations. Routledge: London and New York, 1992.

BOAL, **Maria Eduarda**. "A Participação Portuguesa em Programas Comunitários e de Cooperação Internacional". 1998. www.ipv.pt/ millenium /boal 11.htm

BOTEQUILLA, **Henrique**. *Semanário Brasileiro*, Dezembro de 1993.

BRIGAGÃO, **C**. "Comunidade dos Países de língua Portuguesa: caminhos de Integração fraterna". Revista politica Internacional CIDEC.V.1,N1-13 (1996): 18

CERQUEIRA, Marinela: Testemunho a gestão da dívida angolana, Luanda: Angola, 2002

CPLP. Acordo de Cooperação entre os estados membros da Comunidade dos países de língua portuguesa sobre o Combate ao HIV/SIDA: Brasília, 2002.

CPLP. Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e Renovação de autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Brasília, 2002.

CPLP. Acordo sobre a concessão de Vistos temporários para tratamento médico a cidadãos da CPLP; Brasília, 2002.

CPLP.Acordo sobre o estabelecimento de Balcões específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP; Brasília, 2002.

CPLP.Acordo sobre o estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para instrução de processos de Visto de Curta Duração; Brasília, 2002.

CPLP.Acordo sobre concessão de Vistos de Múltiplas entradas para determinadas categorias de pessoas; Brasília, 2002.

CPLP.Acordo sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos, especiais e de serviço entre os Governos dos países membros da CPLP; Brasília, 2002.

CPLP.Acordo de Cooperação entre os Estados membros da Comunidade dos países de Língua Portuguesa sobre o combate a Malária / Paludismo; São Tomé, 2004.

CPLP.Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo ortográfico da Língua Portuguesa; São Tomé, 2004.

CPLP.Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. CPLP: Lisboa, 1996.

CPLP.Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. CPLP: Lisboa, 1996.

CPLP.Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.CPLP: I rectificação, Brasília, 2002

CPLP. Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. CPLP: II rectificação, Luanda, 2004

CPLP.Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. CPLP: Lisboa, 1997.

CPLP.Regimento Interno do Secretariado Executivo da CPLP. CPLP: Lisboa, 1997.

CPLP. Regimento do Fundo Especial da CPLP. CPLP: Cascais, 1999.

CPLP.Declaração da Conferência de Chefes de Estado e de Governo de Brasília. CPLP: Lisboa, 2002.

CPLP.Declaração da Conferência de chefes de Estado e de Governo de São Tomé. CPLP: Lisboa, 2004.

CPLP.Comunicado Final do Conselho de Ministros de Maputo. CPLP: Lisboa, 2000.

CPLP.Comunicado Final do Conselho de Ministros de São Tomé. CPLP: Lisboa, 2001.

CPLP.Comunicado Final do Conselho de Ministros de Brasília. CPLP: Lisboa, 2002.

CPLP.Comunicado Final do Conselho de Ministros de Lisboa. CPLP: Lisboa, 2003.

CPLP.Comunicado Final do Conselho de Ministros de Luanda. CPLP: Lisboa, 2004.

CPLP. Relatório das Actividades de Cooperação. CPLP: Lisboa, 2000.

CPLP. Relatório das Actividades de Cooperação. CPLP: Lisboa, 2002.

CPLP. Relatório das Actividades de Cooperação. CPLP: Lisboa, 2004.

CPLP. Relatórios da I Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação: Cascais, Cascais, 1999.

CPLP. Relatórios da II Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação: Cúria; Cúria, 2000

CPLP. Relatórios da III Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação: São Tomé; 2001.

CPLP. Relatórios da IV Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação: Lisboa; 2002.

CPLP. Relatórios da V Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação: Brasília; 2002.

CPLP. Relatórios da VI Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação: Lisboa; 2002.

CPLP. Relatórios da IV Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação: Lisboa; 2003.

CPLP. Relatórios da VII Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação: Lisboa; 2003.

CPLP. Relatórios da VIII Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação: Lisboa; 2004.

CPLP. Relatórios da IX Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação: São Tomé; 2004

CPLP. Relatórios da X Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação: Lisboa; 2005

CPLP. Relatórios da XI Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação: Luanda; 2005

Comissão Nacional de Luta Contra a Sida. Situação Epidemiológica em Angola. Luanda: Angola, 2003.

CARDOSO, **Fernando Henrique**. *Discurso* por ocasião da I Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, 1996. Texto *in*: www. CPLP.org.

CARVALHO, **André**. "A Comunidade de Países de Língua Portuguesa: Oportunidade de Cooperação, Integração e Projecção internacional". Revista Cena Internacional, 3 (1) 2001, 63-78.

Cooperação entre a União Europeia e a República de Angola: Www.delago.cec.eu.int/ao/eu_e_angola/cooperacao.htm

Comissão europeia - www.delago.cec.eu.int/ao/projectos/par.htm

DOMINGUES, **J. M**. "Identidade, Influência e Cooperação: o Empreendimento Político da CPLP. *Terravista, 1999*.
Disponível em: http://www.terravista.pt/PortoSanto/1646.

FERREIRA, **Ennes** e **ALMAS Rui**. "Comunidade Económica ou Parceria para Desenvolvimento: O Desafio do Multilateralismo na CPLP". *Lisboa:* CIDEC. Revista Politica Internacional. V.1,n13,1996,pp.53 e 55

FORTES, António. Memorando sobre o Estado da Cooperação entre a República de Angola e a União Europeia. Unidade Técnica e Administrativa para a

Cooperação ACP- CE – Luanda: Angola, 2003.

FONSECA, Luís. Intervenção por ocasião da III - Conferência da Revista África Hoje oportunidades de negócios – investimentos e parcerias.2005.

FMI: Que és el Fondo Monetário internacional. 2001. www.fmi.org

GAMA, **Jaime**. Discurso por ocasião da Conferência Inter parlamentar no âmbito do Projecto de criação da CPLP, 1996. Texto na Internet- www.CPLP.org.

GOUNELLE, **Max**. Relations Internationales. Editions Dalloz: Paris, 1996.

HUNTINGTON, **Samuel**. "Clash of Civilizations?". Foreign Affairs, vol 72, pp3 (1993).

KOTLER, **P**. O Marketing das Nações. Futura: São Paulo, 1997.

LOPES, **J**.**A**. *A "Minha" Comunidade de Países de Língua Portuguesa nos Princípios de 1998*. Lisboa, 1998.

MALAQUIAS, Assis. "Economia politica no conflito em Angola" *Revisão da economia politica Africana*.vol.28 (90), Dezembro 2001. Pp.521 – 536

Ministério do Planeamento de Angola. Angola - Comunidade Europeia: Documento de Estratégia e Programa Indicativo Nacional para o período – 2002-2007. Luanda, Angola, 2002.

Ministério das Finanças de Angola. Relatório Final de Avaliação do Sector petrolífero Angolano: – Luanda, Angola, 2004.

Ministério da Família e **Promoção da Mulher de Angola**. Convenção das Nações Unidas Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Luanda: Angola, 2005.

Ministério da Família e Promoção da Mulher de Angola. Estratégia e Programa Quadro Estratégico para a Promoção da Igualdade do Género. Luanda: Angola, 2005.

Ministério das Relações Exteriores de Angola. Linhas Mestras para a Actividade Político Diplomática do Ano 2005-06. Luanda: Angola, 2005.

Ministério das Relações Exteriores de Angola. Nova Política Africana de Angola. Luanda: Angola, 2005.

Ministério das Pescas de Angola. Relatório sobre a situação Pesqueira. Luanda: Angola, 2000. Vd. www.angola-minpescas.com

MOURÃO, **Fernando**. CPLP: Oportunidades e Perspectivas. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI, 2002.

MONTEIRO, **H.A**. "A CPLP Serve Para Quê?", 1997. Texto na Internet: www. Expresso.pt/ 1290

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. A África na Politica de Cooperação Europeia. Instituto Superior de Ciências Sociais e Politicas. Lisboa. 1997.

MOREIRA, Adriano (Coord. de) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação. Instituto Português da Conjuntura Estratégia. COIMBRA: ALMEDINA. 2001.

OCDE. O Papel da Cooperação para o Desenvolvimento no Limiar do Século XXI. OCDE: Paris, 1996.

OCDE. Manual da ajuda ao desenvolvimento – princípios do CAD para uma ajuda eficaz, Paris, 1992.

OCDE. Les Dossiers Du CAD : Coopération pour le Developpment. Rapport 2001. Vol. 3, Nº1, 2002.

OXFAM: Humanitarian Situation in Angola. 2001. www.oxfam.org.uk

OGE: Ministério das Finanças de Angola. Orçamento geral do Estado: 2001

Plataforma Portuguesa das ONGD. Guia das ONGD da Plataforma 2005. Www.plataformaongd.pt/site2/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano: Trad. portuguesa. Lisboa: Mensagem, 1998.

PNUD.Relatório do Desenvolvimento Humano: Trad. portuguesa. Lisboa: Mensagem, 1999.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano: Trad. portuguesa. Lisboa: Mensagem, 2000.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano: Trad. portuguesa. Lisboa: Mensagem, 2002.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano: Liberdade Cultural Num Mundo Diversificado. Trad. portuguesa. Lisboa: Mensagem, 2004.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano: Trad. Portuguesa. Lisboa: Mensagem, 2005.

RIBEIRO Mário: Estudo de caso: Parcerias Estado ONG para o Desenvolvimento Internacional. CIDAC, Lisboa; 1997.

SARAIVA, **José**. CPLP: Oportunidades e Perspectivas. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI, 2002.

STIGLITZ, Joseph E. A Globalização e seus Malefícios. A promessa não cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002

TORRES, Adelino e FERREIRA,Manuel. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Contexto da Globalização: Problemas e Perspectivas. (Coord. de Adriano Moreira). COIMBRA: ALMEDINA, 2001.

UNCTAD. Sua Génese e essência: www.unctad.org

VASCONCELOS, Álvaro, CPLP: Oportunidades e Perspectivas. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI, 2002.

VIGGIANO, Alan. Dossier Grupo dos Sete: Os Povos e Países de Língua Portuguesa. André Quicê Editor, Brasil 1994.

ANEXO

Breve Cronologia de Acontecimentos referentes à Criação da CPLP

Principais iniciativas, ocorridas em períodos anteriores à Criação do IILP em 1989, as quais se relacionam com a formulação de uma comunidade de países de idioma português:

"1956 — Brasil / Portugal — Agostinho da Silva defende a tomada de medidas por parte de Portugal ou do Brasil para se formar uma comunidade com base linguística e cultural comum.

1964/1965 — Lisboa / Moçambique — Criação da União das Comunidades de Cultura Portuguesa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pelas mãos de Adriano Moreira na Sociedade Geografia de Lisboa.

1965 — Brasil— Discussão de uma comunidade semelhante à actual CPLP, rejeitada devido ao carácter ditatorial de Salazar.

1974 — Lisboa — Pensada a criação de uma comunidade Luso-AfroBrasileira — abandonada devido a um vincado cunho neocolonialista.

1984 — Praia (Cabo Verde) — Discurso de Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, propondo a formação de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

17/05/1985 — ONU — Convenção da ONU sobre o Direito do Mar onde os Sete países assinaram um texto diplomático único em língua portuguesa.

1986 — Praia (Cabo Verde) — Criação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

01 e 02/11/1989 — São Luís do Maranhão (Brasil) — Criação do IILP (Instituto Internacional de Língua Portuguesa); 1 Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa".

1992 — Lisboa — Criação do Instituto Camões

Março/1993 — Brasília — Proposta político-diplomática do Governo brasileiro (Itamar Franco / Aparecido de Oliveira) para a criação da CPLP.

Outubro/1993 — Nova Iorque — Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros dos 7 países de língua portuguesa, resultando uma avaliação positiva para a criação da CPLP.

9 e 10/2/199 4 — Brasília— Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros, para a Criação do Grupo de Trabalho de Concertação Permanente e preparação da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo e dos Actos Constitutivos da CPLP;

27/5/1994 — Lisboa — Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros, para avaliação do Grupo de Concertação Permanente e aprovação de dois projectos: Declaração de Criação e Estatutos Provisórios da CPLP.

17/4/1996 — Maputo — Reunião dos Ministros de Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros.

16/7/1996 — Lisboa — Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros dos Sete para preparar os trabalhos da Cimeira.

17/7/1996 — Lisboa Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Sete; Formalização da CPLP e eleição do Secretário-Executivo; Reunião de Titulares das Pastas de Cooperação[114].

[114] Domingues: 1997